

ESTUDOS FEMINISTAS,
DIÁLOGO,
PLURALISMO E
DEMOCRACIA



RCMOS – REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR O SABER

Editora

Aline Ferreira

Conselho Editorial

José Crisólogo de Sales Silva
Luiz Cláudio Gonçalves Júnior
Cyro Masci
Jorge Adrihan N. Moraes
Meire Oliveira
Geisse Martins
Carlos Alberto Soares Júnior

Eduardo Gomes da Silva Filho
Michel Alves da Cruz
Hugo Ferreira
Paulo Maia
Sueli Costa
Guilherme Bonfim
Felipe Lazari

Revisão ortográfica, normalização e preparação

Aline Ferreira

Revisão técnica e leitura crítica

Aluz Editora

Projeto Gráfico (produção de capa)

Drielly Martins

Diagramação

Aluz Editora

Prefácio

xxxxxx

Bibliotecária Responsável

Sueli Costa, CRB-8/5213.

Jornalista Responsável

Aline Ferreira MTB 0091284/SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Estudos feministas, diálogo, pluralismo e democracia. Michel Alves da Cruz (Org.). – São Paulo: Aluz Científica, 2021.
96p.

ISBN: 978-65-995060-2-4.

1. Feminismo 2. Pluralismo 3. Democracia. I. Cruz; Michel Alves II. Título
CDD-378

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação: Feminismo 378
Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Aluz
Tv. Dona Paula, 13. Higienópolis.
01239-050 -São Paulo – SP
Telefone: (11) 94170-2995
www.aluzeditora.com.br
instagram.com/aluzeditora
twitter.com/aluzeditora

ESTUDOS FEMINISTAS, DIÁLOGO, PLURALISMO E DEMOCRACIA

Michel Alves da Cruz (Org.)



Editora

SÃO PAULO

2021

SUMÁRIO

<u>PREFÁCIO</u>	7
<u>CAPÍTULO 1</u>	14
<u>OS DIREITOS DA MULHER ATRAVÉS DA HISTÓRIA: CONQUISTAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA</u>	
<u>CAPÍTULO 2</u>	29
<u>O MOVIMENTO DAS SUFRAGISTAS NO BRASIL</u>	
<u>CAPÍTULO 3</u>	42
<u>BERTHA LUTZ E A LIGA PARA A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL DA MULHER</u>	
<u>CAPÍTULO 4</u>	55
<u>FEMINISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO: UM DIÁLOGO A PARTIR DAS IDEIAS DE DJAMILA RIBEIRO</u>	
<u>CAPÍTULO 5</u>	70
<u>O FEMINISMO NEGRO DE LÉLIA GONZALES</u>	
<u>CAPÍTULO 6</u>	82
<u>MULHERES INDESEJADAS PELA FAMÍLIA: INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS NO CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE BARBACENA</u>	
<u>CAPÍTULO 7</u>	92
<u>CORES, CHEIRO E SABOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES DE JORGE AMADO</u>	
<u>CAPÍTULO 8</u>	104
<u>A MULTIMODALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PERFIL FEMININO EM CARTAZES DE FILMES INFANTIS DA DISNEY</u>	
<u>CAPÍTULO 9</u>	121
<u>O DISCURSO DA MARCA AVON NA APROPRIAÇÃO DO TERMO EMPODERAMENTO FEMININO: EMANCIPAÇÃO OU MARKETING?</u>	

PREFÁCIO

Prof. Dra. Cristiane Marinho



O livro *Estudos Feministas, Diálogo, Pluralismo e Democracia*, organizado por Michel Alves da Cruz, traz um perfume de Brasil nas abordagens dos artigos que o compõem em forma de coletânea. Entretanto, faço a ressalva, traz perfume de um Brasil subterrâneo, com os odores específicos dos subsolos, um Brasil escondido, clandestino, onde habitam as mulheres brasileiras e as tantas negações que atravessam suas histórias. É com esse sentido que os textos tecem uma trama com as linhas de diversas marginalizações femininas, prioritariamente passadas no Brasil, que abrangem leis, direito a voto, mulher negra, internação psiquiátrica, modelo idealizado da mulher na literatura, no cinema e na propaganda. Contudo, nem tudo são apagamentos, subordinação ou negação, pois o livro também mostra a força de resistência das mulheres, o poder coletivo de reverter o jogo do poder patriarcal e fazer criar e valer direitos a leis, corpo, sexualidade e educação.

Cirlene Ferreira Neri Gervasio e Marcel Meyer, no primeiro capítulo, intitulado **Os direitos da mulher através da História: Conquistas na legislação brasileira**,

fazem uma retrospectiva histórica dos avanços legais das mulheres em diversos locais do Mundo e na legislação brasileira. Apresentam conquistas importantes no campo da legislação brasileira, que nem sempre são respeitadas, pois, em alguns casos, continuam as discriminações, humilhações e a afirmação da suposta inferioridade feminina. Daí concluírem o quanto é importante e necessário a conscientização e execução de leis que possam protegê-las.

O segundo capítulo, **O movimento das sufragistas no Brasil**, de autoria de Alana de Andrade da Conceição, Márcia Vorpapel Serschön e Michel Alves da Cruz, mostra o surgimento do movimento sufragista no Brasil, inserido em um contexto mundial, entre o final do século XIX e o início do século XX, que tinha como objetivo a organização de frentes de luta, formadas por mulheres, pelo seu direito ao voto. Para tanto, apresentam: a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1891; as primeiras manifestações sufragistas de 1910 na conquista do sufrágio feminino no Brasil; o Código Eleitoral de 1932; e algumas mulheres que foram importantes nessa luta.

Já no terceiro capítulo, **Bertha Lutz e a liga para a emancipação intelectual da mulher**, Willyane Suehden Gonçalves Mariano da Silva apresenta a trajetória de vida de Bertha Lutz, importante precursora do feminismo no Brasil, reconhecida pelas suas lutas em garantir à mulher o direito ao voto, participação política e direitos sociais, bem como melhores condições salariais em igualdade com os homens e o direito a estudar. O autor ressalta a importância da retomada histórica dos feitos dessas grandes mulheres, para que se chegue à uma conscientização que implemente e fortaleça a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Em **Feminismo negro contemporâneo: um diálogo a partir das ideias de Djamila Ribeiro**, o quarto capítulo, Josiane Rodrigues dos Santos discutirá o Feminismo Negro a partir de um diálogo com duas obras de Djamila Ribeiro: “Lugar de Fala” e “Quem Tem Medo Do

Feminismo Negro”. Um tema central desse diálogo é a categoria Lugar de Fala, tal qual conceituada por Ribeiro, a qual defende que uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca, por conta da sua localização social e, por isso, vai experimentar gênero de outra forma. Tudo isso lhe assegurará um lugar de fala específico, singular e intransferível.

A discussão sobre o Feminismo Negro prossegue no quinto capítulo, **O Feminismo Negro de Lélia Gonzales**, no qual os autores, Alana de Andrade da Conceição, Márcia Vorpapel Serschön e Michel Alves da Cruz, apresentam o movimento feminista brasileiro, explicitando sua diferença em relação ao movimento feminista negro. A exposição busca mostrar, também, a importância que essa pensadora teve em, ao pensar o feminismo negro, ajudar a quebrar a noção universal de mulher que não leva em consideração as interseções relacionadas à classe, à raça, ao gênero, à cor e a diversos outros marcadores decisivos no movimento feminista e na luta política.

No sexto capítulo, **Mulheres indesejadas pela família**: internações compulsórias no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, Karina Bernardino apresenta as atrocidades cometidas nas internações nessa instituição, antigo Hospital Colônia de Barbacena, 1930-1980, período que ficou conhecido como Holocausto Brasileiro. O foco da autora são as internações compulsórias de mulheres sem problemas mentais, mas que eram internadas para justificar o afastamento do núcleo familiar e social, devido a conflitos que envolviam, dentre outros: mães solteiras; crianças rejeitadas pelos pais; homossexuais; mulheres estupradas; esposas substituídas por amantes. Enfim, os internados compulsoriamente eram os que não cumpriam as normas sociais e, por isso, eram abandonadas ali até a morte, vitimados por todo tipo de tortura.

No capítulo seguinte, **Cores, cheiros e sabor: representações sobre as mulheres de Jorge Amado**, a

autora Aline Ferreira aborda a complexidade da identidade feminina, investigando as sutilezas implícitas dos personagens de algumas obras de Jorge Amado. O capítulo denuncia a prevalência, também presente na obra de Jorge Amado, de uma imagem estereotipada da mulata brasileira sempre sensual, com corpo escultural e provocante, associando o desejo masculino aos sabores de doces e frutas que estariam no corpo mulato. Essa figura feminina é destacada por sua sexualidade irresistível, mas sempre associada ao universo do trabalho doméstico. Contudo, o artigo também mostra as potencialidades de resistência feminina presentes em algumas personagens nas obras desse escritor.

No artigo ***A multimodalidade na construção do perfil feminino em cartazes de filmes infantis da Disney***, capítulo 08, Clair da Silva Teixeira e Maria Nagela da Silva Ferreira Carvalho utilizam a multimodalidade discursiva para destacar a relação existente entre os diferentes elementos e modos semióticos (escrita, cores, ângulos, figuras), utilizados em cartazes que divulgam filmes infantis do estúdio Disney, em duas categorias: contos de fadas tradicionais e ocidentais e filmes com personagens femininas produzidos mais recente. Na análise, apontam as mudanças ocorridas nos discursos e atos referentes à posição e importância da mulher na sociedade contemporânea, convidando o leitor a observar os símbolos que enfatizam o discurso de empoderamento feminino.

Camila de Miranda Gama, no capítulo 09, ***O discurso da marca AVON na apropriação do termo empoderamento feminino: emancipação ou marketing?*** analisa a materialização da multimodalidade discursiva utilizada pela mídia, para a apropriação, como estratégia de marketing, do termo “empoderamento feminino”, originário do movimento feminista. Um ponto forte da análise é o questionamento sobre o impacto social de tal discurso, se há uma contribuição para a emancipação da mulher na

sociedade ou se o poder do termo “empoderamento feminino” foi utilizado apenas como força do discurso em uma peça publicitária.

Concluo realçando o valor desse livro, tanto pela importância da temática tão atual e necessária, como também pela delicadeza e sensibilidade na abordagem de temas tão duros, polêmicos e instigantes. A clareza da escrita dos capítulos também é um dado louvável, pois possibilita o acesso de sua leitura a um círculo mais amplo de leitores e leitoras, ampliando, assim, o potencial de conhecimento e conscientização dessas problemáticas e a criação e o fortalecimento das lutas de combate a todas as injustiças e desigualdades aqui denunciadas.

O melhor convite à leitura desse livro é garantir que os temas aqui abordados podem nos mover na construção de uma resistência política coletiva a favor dessas causas feministas.

CAPÍTULO 1

OS DIREITOS DA MULHER ATRAVÉS DA HISTÓRIA: Conquistas na Legislação Brasileira

WOMEN'S RIGHTS THROUGH HISTORY:
Achievements in Brazilian Legislation

Cirlene Ferreira Neri Gervasio

Marcel Meyer



1 INTRODUÇÃO

O presente livro propõe a uma reflexão sobre a atual situação da mulher na sociedade, suas conquistas e dificuldades que ainda enfrentam diante de uma sociedade considerada machista, o que se perpetua no transcorrer da história. É interessante trazer um apanhado de legislação para caracterizar os aspectos relevantes, fazendo uma retrospectiva geral das

conquistas femininas na Constituição. Sendo que, a mulher saiu da proteção patriarcal e passou a ter autonomia em seus lares e domínio sobre os seus bens a partir do período da Revolução Industrial e no contexto da 1ª Grande Guerra Mundial.

O tema é de grande relevância para várias áreas do conhecimento, pois, trata da discriminação contra a mulher e o seu atual papel na sociedade. Pode-se considerar o assunto polêmico e complexo, porque revela comportamentos enraizados, em todas as camadas da sociedade o que estudos mostram que, na história, a mulher era educada de forma diferente da do homem, era educada para servir e o homem para ser o seu senhor. Quando ainda na casa dos pais, era dominada pelo pai ou então, pelo irmão mais velho e, ao se casar, esse domínio passava ao marido que exercia sua autoridade, sendo ela, tratada como um objeto.

Amorim (1987), relata que Platão, em sua Teoria das Ideias, reconheceu a capacidade e razão das mulheres dizendo ser dever do Estado, sua formação e educação. Ideia que não foi compartilhada por Aristóteles, que era discípulo de Platão. As ideias de Aristóteles perduraram até a Idade Média, acatadas pela Igreja. A luta das mulheres por seus direitos e pelo seu reconhecimento como pessoa surge então, para que possam ser valorizadas e aceitas pela sociedade como seres capazes de contribuir com a sociedade, em condições igualitárias com os homens. O direito como sistema ordenado de preceitos de conduta social, segundo os critérios de justiça e equidade, procura através de suas normas, nas suas diversas ramificações, conferir aos indivíduos os direitos que lhe são inerentes, numa propositura bastante racional.

Não obstante seja racional, é fundamentado em leis estabelecidas em Códigos, elaborados na sua grande maioria por homens. E, estes homens na elaboração dessas leis, expressam em virtude de seu instinto atávico e de seu comportamento patriarcal, uma atitude

discriminatória e secundária em relação às mulheres. Conforme Pimentel (1998), na educação ministrada pela Igreja no Brasil-colônia a mulher não estava incluída, devia obediência ao pai ou marido, seguir a religião e tinha pouco contato com o mundo exterior. Realizava trabalhos domésticos e manuais, conhecendo somente suas obrigações. Até recentemente os direitos das mulheres nem eram considerados.

Nesse sentido, ao serem elaborados os textos de direitos humanos, as declarações e as convenções quando se referem ao ser humano, o modelo é o homem. Estas declarações, não expressam as reais dificuldades das mulheres nas suas vidas, e ignoram a promoção e a defesa de seus direitos. A expressão “*mulher honesta*”, contida no Código Penal, no texto referente aos crimes contra a liberdade sexual, é um exemplo clássico da discriminação existente. Não resta dúvidas quanto ao avanço alcançado pela mulher na Nova Constituição Brasileira, consagrando o princípio da igualdade entre os sexos. É preciso, porém que essa propalada igualdade passe da teoria para a prática.

2 A MULHER EM VÁRIAS CIVILIZAÇÕES NO DECORRER DOS TEMPOS

Quando se faz uma análise da história, com a atenção voltada para a mulher na sociedade, no contexto estudado, se observa que desde os tempos mais remotos havia uma preocupação masculina em inserir a mulher num plano inferior, de plena submissão ao pai ao marido.

No Egito, nos primeiros tempos, o trono passava segundo a linha matrilinear. Com o correr dos tempos, a condição da mulher foi diminuindo. Os faraós construíram para si túmulos que desafiaram os séculos, mas na família real eram irmão e irmã que reinavam juntos. Conforme Monteiro e Leal (1998), a estrutura

familiar passou por modificações desde seu surgimento até os dias atuais em diferentes momentos, a mulher se sentiu em situação inferior ao homem, sendo isso reflexo das civilizações antigas em especial a romana e a grega, consideradas os iniciadores da instituição familiar, que formaram e conceberam ideias de que o homem era a fonte de direitos.

A história registra a vida da mais famosa bruxa da Idade Média, Joana D'Arc, que foi queimada viva, porque os homens não puderam suportar o fato de uma mulher conduzida por um ideal de justiça pudesse competir com eles e desestabilizar as suas regras de conduta, mesmo vencendo e tendo salvado a França da dominação inglesa. As mulheres eram usadas em períodos difíceis e perigosos e depois marginalizadas. Além da caça às bruxas, no século XVII e seguintes fabricou-se uma nova imagem para as mulheres que seriam adequadas para a era industrial que desapontava.

Dessa forma as mulheres passaram por muitas privações, injustiças e perseguições, com o tempo foi criado várias características para a mulher que seriam os principais atributos da feminilidade: a apologia da domesticidade, a fabricação da infância, a criação do amor materno, o pedestal feminino e a inauguração do amor romântico. A mulher virtuosa passa a ser a rainha do lar, e os pilares de sua nova feminilidade são: a pureza, a piedade religiosa e a submissão. Ela se torna frágil e despreparada para as atividades públicas.

Coulanges (1996) relata que na família Greco-romana a situação da mulher era de inferioridade com relação ao homem, em que a subordinação a ele e a religião era o ditame da época, portanto, a norma constitutiva da família, onde tudo girava em torno de um deus, sem regras e rituais. A mulher acompanhava a religião em sua casa e quando se casava, tinha que seguir o culto dos deuses do marido. Também, a mulher pertencia a seu pai e depois ao seu marido. Nesta época, tão grande era sua inferioridade, que não podia fazer parte dos tribunais,

sendo o responsável pelos seus atos, o pai ou o marido.

Nos relatos de Coulanges (1996) se encontra que a mulher tinha que ser assexuada, porque precisava ser submissa a partir do seu íntimo ao homem dono do espaço público. Essa idealização da vida nada tinha a ver com a realidade. E desta forma se fazia mais acentuada a antiga dicotomia entre a mulher privada e a pública, a virtuosa e a prostituta. Foram muitas dificuldades, opressão até o momento de a mulher iniciar a luta por sua independência, pelos seus direitos. Essa luta recebeu o nome de Feminismo.

2.1 O FEMINISMO

Segundo a Pequena Enciclopédia de moral e Civismo, "Feminismo" vem do latim "foemina" (mulher, senhora). Recebe o nome de feminismo todo movimento de ideias ou de ação que se propõe como objetivo à emancipação da mulher. Antes da era cristã era imposto à mulher um estatuto de absoluta inferioridade com relação ao homem. Instrumento de prazer do homem, ela era apreciada na medida em que lhe garantia a posteridade. Juridicamente consideravam-na uma incapaz. O Cristianismo, pregando a absoluta igualdade de todos, como filhos de Deus, e não fazendo diferença de sexo nas suas exigências morais, foi o primeiro grande passo no sentido de dignificação da mulher.

A estrutura patriarcal da sociedade medieval, influenciada pela tradição do Direito Romano, manteve o estatuto jurídico da inferioridade feminina, apenas suavizada pela inspiração cristã. Napoleão (1768-1821), através do seu Código Civil, que tanta influência teria nos códigos modernos, haveria de prolongar, por mais de um século, a condição de inferioridade da mulher. Mas a reação já se esboçara na Revolução Francesa.

Ao esclarecer sobre o feminismo, Pinto (2009) relata que o movimento feminista tem uma característica particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise.

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofensíveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010).

Assmann (2007) relata que Olímpia de Gouges (1748-1793), em 1791, lançou a primeira Declaração dos Direitos da Mulher. Durante todo o século XIX e XX, vários movimentos surgiram, nos países nórdicos, em prol da pena emancipação da mulher: jurídica, econômica e sexual.

Como toda reação para corrigir um erro tende ao erro oposto, os primeiros movimentos feministas não escaparam a essa lei. Partiam de uma premissa errada: a total igualdade entre o homem e a mulher. Iguais em

dignidade essencial, o homem e a mulher são diferentes biológica e psicologicamente. Pretendendo colocar a mulher em condições de competir com o homem, o feminismo inicial só conduziu a maiores frustrações. O feminismo contemporâneo já atingiu posições de maior equilíbrio, exigindo justas revisões do Direito que expressem melhor, juridicamente, a igualdade dos sexos em dignidade essencial e que permitam melhor a plena expansão dos valores femininos.

2.2 A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

O movimento feminista, nos últimos 150 anos, conseguiu alcançar diversas conquistas na vida das mulheres. Não, obstante muito tenha sido realizado, elas ainda estão inseridas numa sociedade que não lhes dá soluções eficazes, onde a supremacia masculina, que detém a maioria no controle da situação, operam com a finalidade de que as políticas públicas não atendam aos verdadeiros anseios da população feminina. Esse movimento das mulheres tem toda uma história permeada de lutas e conquistas por elas alcançadas gradativamente.

Muitas dessas mulheres morreram por seus ideais. Almejavam nada mais que o seu espaço na sociedade, o reconhecimento de suas capacidades. E toda essa luta ao longo da história, leva a humanidade a iniciar um novo milênio diante da constatação de que a mulher buscou e conquistou o seu lugar. Mais ainda assegurou seu direito à cidadania, legitimando seu papel enquanto agente transformador. Entre estas conquistas gostaríamos de citar algumas datas importantes no Brasil:

DATA	CONQUISTAS
1827	Brasil – Surge no Brasil a primeira legislação relativa à educação de mulheres; a lei admitia meninas apenas para as escolas elementares, não para as instituições de ensino mais adiantado.
1852	Brasil – Lançado o Jornal das Senhoras, editado por Joana Paula Manso de Noronha. Ela sabia que não poderia falar “nos direitos, na missão da mulher” para que o jornal não fosse proibido nas casas de família. Sucedeu-a Violante de Bivar e Velasco.
1879	Brasil – O Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres; mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas as pressões e à desaprovação social.
1910	O primeiro partido político feminino é criado O Partido Republicano Feminino reivindicava o direito ao voto e à emancipação feminina. Brasil – A professora Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino.
1932	Mulheres conquistam o direito ao voto - O sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro em 1932. Conquista que aconteceu graças à organização de movimentos feministas no início do século XX, que tiveram grande influência da luta por direitos políticos das mulheres nos EUA e na Europa.
1951	OIT – Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho, a 19 de junho a Convenção da Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual.
1960	–Surge o novo feminismo, em paralelo com a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a Guerra do Vietnã. Sri Lank (Antigo Ceilão) – Sirimavo Bandaransike (nascida em 1916) torna-se a primeira chefe de Estado.
1962	Criação do Estatuto da Mulher Casada - Somente em 27 de agosto, com a promulgação da Lei nº 4.212/1962, foi permitido que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas

	também passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação.
1977	É aprovada a Lei do Divórcio - Somente a partir da Lei nº 6.515/1977, promulgada em 26 de dezembro de 1977, é que o divórcio se tornou uma opção legal no Brasil.
1988	Primeiro encontro nacional de mulheres negras - Aproximadamente 450 mulheres negras promoveram diversos eventos em diferentes estados do Brasil para debater questões do feminismo negro. – Brasil – Através do Lobby do Batom, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtêm importantes e significativos avanços, na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que <i>“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”</i> .
2006	Lei Maria da Penha -A Lei nº 11.340/2006 foi sancionada para combater a violência contra a mulher e ganhou o nome de Maria da Penha em alusão a farmacêutica que lutou por quase 20 anos para que seu marido fosse preso após tentar matá-la por duas vezes.
2015	– É sancionada a Lei do Femicídio - A Constituição Federal reconhece a partir da Lei nº 13.104 o feminicídio como um crime de homicídio.
2018	– A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime - A partir da Lei nº 13.718/2018 o assédio passa a ser considerado crime no Brasil

Fonte: Canal Futura (2021).

Portanto, as mulheres abriram um espaço significativa na sua vida, com direitos igualitários, mas ainda tem muito o que avançar, mesmo tendo direitos constitucionais garantidos, como se vê no Artigo 5º.

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 2002).

Não obstante, no artigo supramencionado, tenha ficado explícito essa afirmação categórica da absoluta igualdade entre o homem e a mulher, no sistema jurídico nacional, podemos observar que a teoria na prática é outra. A sociedade ainda não absorveu a igualdade, real ou fictícia imposta pela lei, e convive aqui e ali, com textos legais que esbarram na inconstitucionalidade.

De nada adianta dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei. É necessário estabelecer os termos em que essa igualdade é adotada. A questão se localiza no tratamento diferenciado que a lei dispensa aos sexos. O tratamento antes reservado ao homem será adotado tanto para o homem como para mulher, ou ambos os sexos passam a ter o tratamento reservado à mulher? Este questionamento é de suma importância e merece resposta em cada um dos casos em que o tratamento diferenciado é adotado pela lei ordinária. A doutrina não tem respostas. Daí surgem às incertezas se no casamento, homem e mulher são iguais.

Desta forma não se pode aceitar, depois da última Constituição que o homem tenha a obrigação de alimentar as mulheres, sem que ela tenha que agir do mesmo modo. Outro ponto que nos deixam em dúvida é quanto aos bens reservados da mulher casada que exerça atividade profissional. Anteriormente à Carta Magna de 1988, os bens adquiridos pelo homem, com os frutos de seu trabalho, sujeitavam-se ao regime de bens

do casamento, sendo comum que vigorasse o regime da comunhão total ou parcial. Ao contrário, os bens em idênticas condições, adquiridos pela mulher, constituíam bens reservados a seus incomunicáveis.

Um mínimo de evolução exigiu do sistema jurídico que todos os homens fossem tidos como iguais, independentemente, de qualquer condição, idade, sexo, raça, cor, credo religioso, convicções políticas e outros. O passo inicial somente veio a ser dado no século XVIII, com a revolução francesa e as declarações de direitos humanos. Pensadores e filósofos do passado, entretanto, já denunciavam a igualdade entre os homens como princípios de base da organização do estado, tendo Aristóteles, ainda na era pré-cristã, não somente conceituado a igualdade, tal como concebida pela revolução francesa, mais avançado para destacar que “a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” (LIMA, 1993, p.14).

A respeito dessa questão bastante polêmica, surgem discussões quanto a igualdade entre homens e mulheres. Não obstante, devam ser tratados igualmente perante a lei, existem distinções anatômicas, biossociológicas e psicológicas entre ambos que devem ser respeitadas e aceitas para que se conserve a essência que caracteriza cada indivíduo do sexo masculino ou do sexo feminino. A Carta Magna contém no seu bojo três exceções que constata a diferenciação de tratamento que se dispensa ao homem e a mulher. A primeira delas, estabelecida de um repouso mais prolongado para a mulher do que para o homem em caso de nascimento de filho, tem origem biológica. A segunda discriminação, preconizada de uma legislação ordinária que favoreça o mercado de trabalho da mulher, mediante proteção e incentivos, constitui o reconhecimento da situação de desigualdade em que se encontram os dois sexos.

Finalmente o terceiro ponto que diferencia entre homem e mulher, dentro da Constituição, e aquele que produziu maior número de preceitos discriminatórios, é

o concernente ao tempo de serviço para a aposentadoria voluntária, seja com vencimentos integrais, seja com vencimentos proporcionais. A diferença, em qualquer caso é sempre de cinco anos, privilegiando a mulher. A razão da discriminação aqui é puramente social.

O Constituinte, atento às excepcionais tarefas de natureza doméstica atribuídas a mulher, entendeu de inativá-las em menor prazo. É comum em nossa sociedade, ainda que considerado o estágio atual de desenvolvimento, as tarefas domésticas de cozinhar, limpar, arrumar, manter roupas e filhos serem tidas como da mulher. O homem, quando muito atua como auxiliar e colaborador. A mulher casada tem sempre uma dupla jornada de trabalho, pois ao chegar do emprego propriamente dito, estão a lhe esperar outras e mais cansativas tarefas. Tarefas estas que não vão se extinguir, as mulheres só se livrarão dela em caso de morte ou doença grave. Cumpre aqui expor a exceção que privilegia as mulheres de classes mais altas, pois contam com o serviço das empregadas domésticas.

Para se alcançar essa conclusão, é necessário que, antes se transponha a barreira dos preconceitos culturais inconscientes, passando-se em plenitude à conscientização da generalizada e violenta discriminação contra a mulher, o que poucos fizeram, frente às alvissareiras, mas às vezes quiméricas brisas que começam a balançar o perfil da humanidade. Que a mulher foi sempre diminuída em todos os aspectos da vida social é fato insofismável para uma análise real e crítica.

Não há, de fato, um único segmento da história dos povos, onde não se verifique uma ramificação da gama de estereótipos e distorções que conduz a brutal opressão da mulher. Constata-se que toda a cultura mundial, de parceria com a ciência, a filosofia e a fé religiosa tomaram partido do masculino, fomentando através dos séculos a aviltante marginalização do feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo inteiro, a entrada ainda recente da mulher nos diversos setores sociais, com domínio em vários cargos em empresas de todos os portes, nas áreas das ciências onde cientistas de sucesso estão à frente de pesquisas, mulheres no domínio público, na prática e independente de qualquer ideologia, está trazendo uma transformação na mentalidade dos seres humano que ainda guardam o preconceito e discriminação dentro de seu pensamento limitante. A mudança de uma época histórica pode sempre ser determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade, pois na relação da mulher com o homem, do fraco com o forte, reconheceu-se a vitória da natureza humana sobre a brutalidade.

O grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação em geral. A mulher, e o homem entram paulatinamente na era da liberdade sexual, abandonando os antigos preconceitos acerca do sexo proibido, da virgindade feminina, do amor apenas no casamento, que por séculos condicionaram e diferenciaram o comportamento sexual do homem e da mulher.

Identifica-se nas informações coletadas ao longo da pesquisa que os desafios que o feminismo contemporâneo enfrenta vão além das fronteiras dos Estados nacionais – territórios que o movimento feminista estaria ultrapassando na busca de uma vida igualitária.

A luta das mulheres por seus direitos continua, entretanto, com mais apoio e reconhecimento da sociedade. Ainda sobrevivem conceitos e preconceitos onde o homem se acha dono, proprietário de sua esposa, de sua namorada, o que se confirma pelo número crescente de feminicídio que acontecem quando a mulher resolve pôr fim a um relacionamento abusivo, ou mesmo tenha perdido o interesse naquele

relacionamento. O entendimento da posse gera a violência.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, S. J. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. **Jornal mensal Floripa Total**, mar. 2007. Disponível em: <http://www.floripatotal.com>. Acesso: 14 jun. 2021.

GOUGES, O. de. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. Bibliothèque Jeanne Hersch. **Textes fondateurs**. Disponível em: http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm. Acesso em 14 jun. 2021.

COULANGES, F. de. **A Cidade Antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1996.

LIMA, P. R. de O. **Isonomia entre os Sexos no Sistema Jurídico Nacional**. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda, 1993.

MONTEIRO, A.; LEAL, G. B. **Mulher**: da luta e dos direitos. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

PIMENTEL, S. A Mulher e a Constituinte: Uma contribuição ao debate, São Paulo: Cortez Editora, 1985, *in*: **Evolução dos Direitos da Mulher**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, C. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, jul./dez. 1999.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DAS SUFRAGISTAS NO BRASIL

THE SUFRAGIST MOVEMENT IN BRAZIL

Alana de Andrade da Conceição

Márcia Vorpagel Sersschön

Michel Alves da Cruz



1 INTRODUÇÃO

A história da mulher dentro da sociedade, é marcada por lutas em busca de igualdade, de liberdade e de condições de participação dentro da construção da sociedade. Porém, apesar dessa luta em alguns momentos parecer não ter fim, o século XX foi essencial, para que a participação da mulher dentro do ambiente político pudesse ser mais valorizada. Quando se institucionalizou a participação das mulheres dentro de organizações formais, e dentro desse grupo pode-se

acoplar os partidos políticos, como também os sindicatos e a possibilidade do exercício de mandatos parlamentares, de um certo modo está se negando as mulheres à condição de sujeito político.

Nesse sentido, os estudos feministas têm demonstrado, que abordagem escolhida dentro do ordenamento jurídico brasileiro, na realidade dificulta o reconhecimento da cidadania feminina. A presente obra, surge para falar a respeito do movimento sufragista marcado como, um amplo movimento, que não apenas ocorreu no Brasil, mas em todo o mundo, entre os séculos XIX e o início do século XX, e que tinha como objetivo, a organização de frentes de luta formada por mulheres, que lutavam pelo seu direito ao voto. Para isso, o presente livro se pauta em uma pesquisa de cunho bibliográfico.

2 A CONQUISTA DO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL: PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES SUFRAGISTAS

Segundo Bester (2017) o Brasil é o primeiro país onde se começou as discussões a respeito da possibilidade do sufrágio feminino dentro da América Latina. A pesquisadora uruguaia Maria Laura Osta Vázquez (2014), explica que ainda no período imperial, foi elaborado um projeto que versava a respeito da possibilidade de as mulheres terem participação política, esse projeto foi datado de 1821, e foi de autoria de um deputado baiano da época, Domingos Borges de Barros. A luta pelo sufrágio feminino, segundo Abreu (2002) está relacionada qual o movimento de feminista no Brasil, que teve uma participação ímpar de Nísia Floresta brasileira Augusta, referida como a primeira feminista brasileira. É de sua responsabilidade, o fomento aos primeiros debates e conferências que tratavam da abolição bem como da República no ano de 1842. Sua maior contribuição em relação a luta por uma educação

feminina, era a crítica que tecia sobre a dependência das mulheres em relação aos homens, possuía consciência de que estava relacionada à ignorância em que eram mantidas as meninas nesse período.

O movimento feminista no Brasil, conseguiu um amplo crescimento, na segunda metade do século XIX, onde segundo Comparato (2008) outras mulheres começaram a demonstrar insatisfação tanto com a vida dentro do âmbito social, como com a falta dentro do âmbito político. Restava evidente que a mulher, era deixada às margens das discussões políticas, não possuía nenhum tipo de peso dentro das discussões de políticas públicas. Nesse sentido, as primeiras feministas,

Tentaram incitar mudanças no *status* econômico, social e legal das mulheres no Brasil. Confiantes no progresso, buscaram inspiração e promessas de sucessos futuros nas realizações de mulheres em outros países. Bastante conscientes da oposição masculina, da indiferença feminina e da aceitação limitada de suas próprias ideias, essas mulheres se mantiveram convencidas da importância de sua causa e de seu sucesso futuro (HAHNER, 1981, p. 140).

A saída encontrada na época, relativo à expressão da insatisfação feminina com o papel social que lhe haviam outorgado, podia ser visto dentro dos jornais feministas da época, que veiculava opinião de que a educação e a instrução, eram os instrumentos fundamentais para que houvesse a emancipação feminina. Além disso, também defendiam a inserção da mulher dentro do mercado de trabalho e a possibilidade feminina, de se inserir em qualquer carreira que lhe seja mais aprazível. A título de complementação, se faz necessário mencionar que o ingresso das mulheres no mundo de trabalho, não surtiu

o efeito necessário para que se pudesse conseguir a emancipação com o reconhecimento da igualdade entre os sexos. O acesso ao trabalho, bem como a conquista dos seus direitos no âmbito civil, político e no ambiente social, não foi o suficiente para angariar as mulheres a condição igualitária entre os sexos.

2.1 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO DE 1891

No ano de 1891, segundo Buonicore (2009) as questões que já havia sido debatida a respeito da relação entre mulher e política voltada ao sufrágio feminino, se tornou mais latente. No projeto que foi feito provisoriamente, em relação à assembleia constituinte e a Constituição de 81, não havia a previsão do voto feminino. Esse primeiro projeto foi feito por uma comissão composta por 5 membros. Porém, naquilo que foi chamada “comissão dos 21”, onde estavam presentes um representante de cada estado e um do Distrito Federal, a proposta a respeito da possibilidade do sufrágio feminino, foi realizada. Porém, somente se estendia a mulheres diplomadas, que possuísem algum tipo de título científico, ou que fossem professoras, e que não estivessem sobre o poder marital ou sobre o poder paterno. Segundo Porto (2002) havia uma frente contrária a este tipo de voto, forte na época, e seus opositores se fundamentavam no fato de que a moral, seria um atributo exclusivo do sexo feminino. Desse modo, a superioridade moral da mulher, era incompatível com a vida política. Nesse sentido:

(...) essa aspiração se me afigura imoral e anárquica, porque, no dia em que a convertêssemos em lei pelo voto do Congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira (...). Ora, querer desviar o

espírito feminil desse dever (...) que é a base de toda a organização social, cujo primeiro grão é a família (...), é nulificar esses laços sagrados, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher, e corromper a fonte preciosa da moralidade e da sociabilidade (...), demandando como condição de pureza, sua abstenção completa da vida prática (FERRAZ *et al*, 2013).

A pesquisadora Osta (2014) enfatiza que, esse argumento se pauta de que as mulheres adquiriram a moral por nascerem do sexo feminino, e que deveriam, portanto, responsáveis por essa moral. Por isso se visualizava nesse período, que a única função feminina era dedicação exclusiva ao lar bem como a educação dos filhos, qualquer tipo de atividade que não estivesse vinculado a isso destruiria a sua moral.

2.2 O CÓDIGO ELEITORAL DE 1932

O código eleitoral de 1932, surgiu como manifestação do novo presidente do Brasil, Getúlio Vargas. O anteprojeto do código, foi liberado somente no ano de 1931 pelo governo, é importante enfatizar que foi o primeiro código a contemplar o voto feminino, porém o fazia de forma limitada conforme se vê da transcrição de alguns artigos;

art. 7o – É eleitor todo cidadão de 21 anos, ou que tenha, por disposição da Lei civil, adquirido já a maioridade e que, não incorrendo em nenhuma das proibições do art. 11, se achar alistado no Registro Cívico.

art. 8o – São admitidos a inscrever-se eleitoras, desde que preencham as demais condições legais:

a) mulher solteira *sui juris*, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita;

b) viúva em iguais condições;

c) a mulher casada, que exerça o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada, ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial, e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções, devidamente autorizada pelo marido, na forma da lei civil.

art. 9o – Ainda são alistáveis, nas condições do art. antecedente:

a) a mulher separada por desquite amigável ou judicial, enquanto durar a separação;

b) aquela que, em consequência da declaração judicial da ausência do marido, estiver à testa dos bens do casal, ou na direção da família;

c) aquela que foi deixada pelo marido durante mais de dois anos, embora esteja este em lugar sabido (PORTO, 2002, p. 67).

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com outros grupos como a Aliança Cívica das Brasileiras e Aliança Nacional de Mulheres, insatisfeitas com as disposições do anteprojeto, lançaram uma campanha para que fossem excluídas as limitações ao voto feminino.

2.3 MOVIMENTO SUFRAGISTA BRASILEIRO

Segundo Araújo (1999) a exclusão do direito de voto feminino, é algo que já estava intrinsecamente conectado com a história brasileira, mesmo no seu período mais rudimentar, como foi o processo de colonização. Portugal, já excluía as mulheres do voto, e na primeira promulgação constitucional do Brasil, no ano de 1824, consolidou essa exclusão, não apenas de mulheres, mas também de indígenas, escravos, pessoa pobres, os assalariados e os negros recém libertos. Nenhum desses indivíduos era considerado cidadãos, visto que os únicos que possuíam esse reconhecimento, eram homens brancos, maiores de idade, que fossem detentores de posses, e que segundo Araujo (1999) possuíssem poder e influência dentro da sociedade. Assim, as mulheres constantemente eram submetidas a uma série de restrições sociais, como segundo Colling (1999) a impossibilidade de participar de qualquer ato público, ou de ser considerada socialmente em qualquer debate ou discussão pública. A lei, era bastante omissa em relação aos direitos femininos, e a possibilidade de as mulheres exercerem seus direitos políticos por meio do voto. Nesse período, se justificava, segundo Araújo (1999) também pelo argumento de que o voto seria uma grande conquista, e que as mulheres de um modo geral, em nada haviam contribuído para tal. Sem contar as questões morais e machistas já supramencionadas aqui nesse texto. A autora Bester (1997) indica que outro argumento defendido pelos governantes/homens era de que a concessão de direitos ocorresse de modo gradual, “pois era considerado radical um projeto de lei que surgia ‘do nada’ e dava às mulheres tudo” (1997, p. 7).

Para estes opositores, o sufrágio não combinava com a natureza sentimental da mulher e os cuidados que deveria dedicar ao lar. Temiam que, se este ser desprotegido e

marado pela efetividade, coroado como “rainha” nas quatro paredes do lar, descesse desse pedestal, escapando assim da prisão doméstica, o lar seria maculado ou corrompido e toda a sociedade se arruinaria (COLLING, 2000, p, 87).

O movimento sufragista se iniciou em meados do ano de 1910, e segundo Bester (1997) teve como estopim, a fundação de um Partido, formado apenas por mulheres, o Partido Republicano Feminino, liderado por Leolinda Daltro. Objetivo principal do partido fundado por Leolinda, era reviver a discussão a respeito da possibilidade de implementação do voto feminino dentro do Congresso Nacional, visto que por mais que houvesse movimentos anteriores, essa questão adormeceu por alguns anos antes que tivesse força novamente. Segundo Pinto (2003) no ano de 1919 foi fundada a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que foi denominada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada por Bertha Lutz. A tática utilizada por esta federação, objetivando a organização da condução do processo pelo sufrágio feminino no Brasil, foi o pressionamento do governo patriarcal, por meio da divulgação da atuação feminista nos meios de comunicação, fazendo pressão social para que os membros do Congresso se inteirassem sobre o assunto e as mulheres compreendessem quais direitos estavam lhe sendo negados. Nesse sentido:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da

participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento com liberdade (SEN, 2000, p. 78).

É preciso mencionar que o movimento sufragista no Brasil, não possuiu os mesmos exames de outros países, em virtude do período de ditadura militar. A partir desse momento, as mulheres brasileiras estavam em uma posição diferente e tiveram que lutar contra panoramas divergentes de outros países, que não apenas envolviam a sua luta por direitos políticos, mas de fato a busca pela efetivação dos direitos humanos que nesse golpe foram retirados dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi demonstrado, fica evidente que o movimento das sufragistas no Brasil, teve real impacto e significado para a conquista dos direitos das mulheres, não apenas dentro do espectro político, mas principalmente dentro do âmbito sociocultural, visto que a exclusão da mulher, nesse sentido, estava ligada a todas as suas esferas de atuação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago**-Revista da Universidade dos Açores, p. 443-469, 2002.

ARAÚJO, C. M. **Cidadania incompleta**: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil. Tese em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro:

UFRJ. 1999.

BESTER, G. M. A Luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, n. 25, 2017.

BESTER, G. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 11-22, 1997.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: abr. 2021.

BUONICORE, A. C. As mulheres e os direitos políticos no Brasil. *In*: NAZARIO, D. N. **Voto feminino e feminismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

COLLING, A. M. **A construção da cidadania da mulher brasileira**. Igualdade e Diferença. Ijuí: UNIJUI, 2000.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 577p.

FERRAZ, C. V.; *et al* (coord.) Manual dos Direitos da Mulher. *In*: ANDREUCCI, R. A. **Violência doméstica e Lei Maria da Penha**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Tradução de Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: editora

Brasiliense, 1981.

OSTA VÁZQUEZ, M. L. Discussões feministas no século XIX. **Revista NUPEM**, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/547/324>. Acesso em: 28 mai. 2021.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, W. C. **O voto no Brasil**: da Colônia à 6ª República. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. p. 159.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CAPÍTULO 3

BERTHA LUTZ E A LIGA PARA A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL DA MULHER

BERTHA LUTZ AND THE LEAGUE FOR THE INTELLECTUAL EMANCIPATION OF WOMEN

Willyane Suehden Gonçalves Mariano da Silva



1 INTRODUÇÃO

Pensar a mulher na política brasileira é refletir uma trajetória de lutas e conquistas da mulher na sociedade. Desde a antiguidade, a figura da mulher sempre foi sinônimo de força, dedicação, superação e conquistas. Personagens como Joana D’Arc, que chefiou o exército francês, Margaret Thatcher, conhecida como a “Dama de Ferro” e Anita Garibaldi, combatente da Revolução Farroupilha, são representações do espaço de ativismo social que a mulher sempre buscou ocupar. Da mulher do lar, dona de casa, à mulher do trabalho, da carreira e

do sucesso profissional, podemos relembrar o quão importante é a mulher para a sociedade, principalmente na luta por direitos e uma sociedade mais igualitária.

O movimento social, político e econômico de reforma denominado Sufragismo surgiu na França do século XIII, com o objetivo de estender o direito de votar às mulheres. Partindo dos ideais democráticos do Iluminismo – igualdade e liberdade – um grupo de mulheres lideradas por Millicent Fawcett¹, promoveu os primeiros embates pelo direito à participação política e por leis que garantissem voz para as mulheres na sociedade:

O centro da questão feminista no período era a luta pelos direitos políticos, concretizado no direito de votar e ser votada. Esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de luta por seus direitos, não só no Brasil, mas também em todo o mundo ocidental (PINTO, 2003, p. 38).

As mulheres denominadas “sufragistas”, ficaram conhecidas pela perseverança na busca por alcançar seus objetivos, fazendo-se ouvir em diferentes espaços públicos ou em pequenas reuniões. Face a uma sociedade totalmente patriarcal, essas mulheres enfrentaram obstáculos, começando em seus próprios lares, na não aceitação da família e posteriormente da sociedade, fazendo o movimento pacífico muitas vezes partir para o confronto. “As relações políticas urdidas nos meios intelectuais onde a presença feminina era um fato novo viriam a ser úteis para consolidar a legitimidade do direito ao sufrágio feminino nos anos adiante. Contudo, o percurso foi longo, sabemos” (MARQUES, 2016, p. 23).

¹ Millicent Fawcett, sufragista e ativista do feminismo na Inglaterra, conhecida por sua luta por direitos iguais entre homens e mulheres.

Após anos de protestos e lutas, o voto feminino foi aprovado na Inglaterra da década de 1910, trazendo mais força à mulher e incentivando ainda mais movimentos feministas pelo mundo. No Brasil, o movimento feminista foi encabeçado por diferentes mulheres e alcançou apoio político mediante a participação ativa das mulheres nos meios de comunicação, em especial os jornais, onde se publicavam textos relativos aos temas debatidos pelas ativistas do feminismo.

Esta obra emerge da necessidade de refletir os caminhos percorridos pela garantia de direitos femininos, em especial o direito ao voto e a participação de Bertha Lutz em movimentos que culminaram as conquistas das mulheres no Brasil. Assim, busca-se neste livro elucidar através de pesquisa bibliográfica, em sites oficiais do governo, portais periódicos, museu virtual além de leis e documentos que fundamentassem as reflexões aqui discutidas e corroborassem as falas e momentos da vida de Bertha Lutz.

2 BERTHA LUTZ E O DIREITO AO VOTO

Bertha Maria Júlia Lutz, nasceu em 02 de agosto de 1894 e faleceu em 16 de setembro de 1976. Filha do cientista e pioneiro da Medicina Tropical, Adolf Lutz, e da enfermeira inglesa Amy Fowler. Foi uma importante ativista do movimento feminista no Brasil, trazendo importantes contribuições para os ideais que somaram força às conquistas da mulher no cenário político e social brasileiro. Sendo criada na Europa, esteve em contato com o movimento feminista inglês, tendo como mentora Carrie Chapman Catt², cujo pensamento vislumbrava que os homens fossem persuadidos a entender que as

² Carrie Chapman Catt, sufragista e líder feminista, destacou-se pela atuação a favor do direito ao voto para as mulheres nos Estados Unidos.

demandas femininas não constituíam ameaça à ordem social, e sim, que representava intrinsecamente a evolução da civilização (MARQUES, 2016).

Lutz formou-se em 1918, com especialização em anfíbios anuros e retorna ao Brasil onde inicia os trabalhos como tradutora no setor de Zoologia do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Em 1919, foi aprovada no Concurso do Museu Nacional, tornando-se a segunda mulher a fazer parte do serviço público do país. Bertha também se formou em Direito em 1933, pela Faculdade do Rio de Janeiro, da qual tentou ser professora com a tese: “A Nacionalidade da Mulher Casada perante o Direito Internacional Privado”, que versava sobre a perda da nacionalidade feminina após casamento com estrangeiros. Chefiou o departamento de Botânica do Museu Nacional até 1964, tendo também sido Membro do Conselho de Fiscalização e Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e do Conselho Florestal Federal. Em agosto de 1964, recebeu o título de professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bertha Lutz iniciou sua carreira política em 1934, como candidata a Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. No pleito, obteve a primeira suplência, assumindo posteriormente em 28 de junho de 1936, após a morte do deputado Cândido Pessoa.

Durante o período parlamentar atuou em busca de mudanças na legislação trabalhista, com foco nos direitos femininos, de melhores salários para as mulheres equiparado aos dos homens, o direito à licença-maternidade e a luta contra o trabalho infantil. Defendeu o conhecimento científico, preservação e conservação da natureza e combate às doenças.

Uma de suas lutas foi pela criação de um Ministério Nacional da Mulher, trazendo importantes contribuições para impulsionar os ideais feministas por todo o país. Lutz participou de eventos representando o governo brasileiro e se tornou um marco como representante da

mulher na criação da Carta da ONU, sendo ela a participante que mais lutou para que as garantias de direito fossem dadas às mulheres, sendo importante incluir a palavra “mulher” no texto para que elas não perdessem seus direitos. O Artigo 8, da Carta das Nações Unidas foi um marco na luta pela igualdade de gênero e tornou Bertha Lutz uma das maiores representatividades do ativismo feminino no Brasil e no mundo. O Artigo 8 da Carta das Nações Unidas diz: “As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários.” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

2.1 A LIGA PARA A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL DA MULHER

A Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher foi fundada por Bertha Lutz em 1919 e dissolvida em 1922. O objetivo da Liga foi perpetuado com suas adjacentes, cujo foco eram os direitos civis e políticos das mulheres e a discussão de questões ligadas ao direito feminino. Outras mulheres participavam desse movimento como: Isabel Embassahy Chermont, Stella Guerra Durval e Jerônima Mesquita. Uma das conquistas da Liga foi o projeto que propunha permitir o voto às mulheres alfabetizadas acima de 21 anos, tendo sido aprovado em 1922 pela Comissão de Constituição e Diplomacia. Embates foram travados no entorno da aprovação do projeto de voto para as mulheres, pois inicialmente, pautado na visão de João Cristóvão da Rocha Cabral (MARQUES, 2016) versava um entendimento diferente ao pensamento e desejo das feministas.

A proposta previa o direito de voto, portanto, apenas às mulheres solteiras e viúvas com economia própria e casadas que tivessem renda

própria, fruto de atividade profissional, desde que autorizadas pelo marido. O requisito de escolaridade mínima aplicava-se a ambos os sexos e a idade necessária para votar era de 21 anos (MARQUES; 2016. p.37)

Após extensas discussões, o projeto retornou visão de igualdade pretendida pelo movimento feminista e foi encaminhado à Comissão de Constitucionalidade sob o qual deveria garantir o voto a todas as mulheres, independentes de situação financeira, estado civil ou escolaridade. Esse movimento culminou a participação de Lutz em outros, organizando conferências que visavam a conquista de mais direitos femininos. Após a participação de Bertha Lutz na Conferência Pan-Americana para Mulheres, a Liga foi dissolvida e surgiu a Liga Brasileira para o Progresso da Mulher, como filial da Associação Pan-Americana de Mulheres, da qual Lutz foi escolhida como vice-presidente e que já em 1925 passa a ser presidente no grupo União Interamericana de Mulheres. Entre os objetivos do grupo estavam, além do direito ao voto, melhorias para a educação das mulheres e proteção legal. Desejava-se não só debater estas questões, mas embasá-las em leis que protegessem as mulheres e lhes garantissem esses direitos. Pode-se dizer que a Liga para a Emancipação Intelectual para a Mulher foi o ponto de partida para outros movimentos que buscassem maior participação das mulheres na sociedade. “Esses primeiros passos de Bertha Lutz na militância são reveladores de uma característica central e particular dessa mulher, que será definidora de sua atuação ao longo das próximas décadas” (PINTO, 2003, p.23).

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) surge em 1922, sendo alicerçada nos ideais da Liga para a Emancipação da Mulher, a FBPF aparece com

mais força, ocasionando mais desenvoltura nos trabalhos desenvolvidos pela então Liga. A FBPF tinha como lema “Promover a educação da mulher e levar o nível de instrução feminina”, garantindo conquistas como a criação da União Universitária, ingresso de meninas no Colégio Pedro II, o voto feminino e leis de proteção à mulher e à criança.

O direito ao voto foi resultado de uma negociação árdua, entre as feministas e os atores políticos, de compromissos e derrotas. Determinadas a se fazerem presentes na vida pública naqueles anos, marcadas pela reconfiguração institucional e partidária. Em outros termos, é preciso entender que a ação política da FBPF, as alianças que as ativistas estabeleceram e as propostas que defenderam no universo maior do debate público vivido pelo país naqueles anos (MARQUES, 2016. p.11)

O debate sobre igualdade de direitos se perpetuou. O ativismo feminino tomou mais força e hoje compreende um leque de lutas constantes em busca de mais igualdade social, melhores condições de trabalho, participação política e respeito à mulher. Consoante, ao observar o cenário atual, percebe-se a intensidade das transformações que os primeiros movimentos feministas proporcionaram ao cenário político do Brasil, não alcançamos a totalidade, a nível de igualdade, fazendo-se necessário mais debates que suscitem reformas políticas e sociais em que a mulher seja o centro.

2.2UM DISCURSO PARA A ATUALIDADE

Em 27 de julho de 1936, Bertha Lutz assume o mandato como Deputada Federal após a morte do

deputado Cândido Pessoa. Seu discurso de posse, singelo, poderoso e atraente, corroborou as ilustrações dos ideais feministas da época e ainda é um discurso que reflete a atualidade. Incitando o papel da mulher e sua importância para a construção da sociedade, à luz dos direitos igualitários para todos, Lutz promoveu uma reflexão acerca de padrões sociais, comprometimento com a causa feminista em toda a sua carreira política. Atraída a relembrar a importância da mulher, e não só ela, mas todas as correntes de pensamento que representem o povo, e que devem ter seus direitos garantidos dentro do regime democrático da sociedade, ela discursa em sua posse (BRASIL, 1936):

Dentro do regime democrático todas as correntes devem ter representação no cenáculo político. A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e *anonyma*, seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e as mais das vezes o seu talento é frustrado, quando as oportunidades do desenvolvimento e expansão... (BRASIL, 1936, p. 14513).

Em respeito ao direito ao voto, ela frisa: “É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular.” Retoma aqui o esclarecimento de que a mulher não só tem o direito de votar, mas de se candidatar e ser eleita, de representar o povo, pois faz parte dele, e é cidadã como todos. E continua refletindo sobre a sociedade, relatando acontecimentos que transpõem épocas e que ainda hoje prevalecem: interesses pessoais acima dos coletivos, as vaidades humanas que corrompem a sociedade, e que de certa forma oprimem o povo, onde a liberdade é privada, os direitos cerceados e a violência imperam. Afirma que as lutas femininas não se vencem com armas, nem por guerras, mas sim pela voz e conquistas.

Vivemos numa época de tumulto e de clamor. Neste século - como talvez em todos a civilização é assaltada pela barbárie. Os impulsos nobres dos corações humanos vivem em conflicto com seus interesses e paixões. Voltando os ouvidos pelas ondas do ether para o Velho Mundo, rico em lições boas e lições más, presenciamos phenomenos vaidades doentias que se manifestam em gestos theatraes e pueris; ambições ilícitas que escravizam os fracos, dentro e fora das fronteiras do seu paiz; vencidos que entoam ladainhas de subserviência. E ao lado desses paizes, outros, mais afortunados onde imperam a ordem e a lei. Observando-os de perto, veremos que cada vez que a civilização é eclypsada, pela barbárie com ella sossobram a paz, a justiça a lei; as liberdades públicas e as garantias individuais; submerge o respeito pela personalidade humana, que não ostenta armas, como é o caso da mulher (BRASIL; 1936, p. 14513)³

Enfatizando as conquistas da mulher, ela retoma os feitos históricos de luta de ativistas no mundo, transparecendo que ocupar este espaço político e de participação social é um marco da época, e que tais esforços culminam numa mudança significativa para a sociedade.

E sempre que, graças a uma cultura política superior, a civilização caminha e se mantém, com ela se fortalece o regime da paz, da lei e da ordem, e dentro della, se desenvolve o respeito pelos direitos inerentes a todo o ser humano, seja elle pobre ou rico, culto

³ Preservada a ortografia da época.

ou ignorante, seja ele homem ou mulher. Veremos, ainda, que, cada vez que a mulher tem os seus direitos respeitados a sua participação nos negócios públicos, ela traz ao homem uma colaboração devotada, dentro de um programa construtor. É o que faz o eleitorado feminino dos Estados Unidos e da Nova Zelândia, inspirando aos representantes do Povo leis que reduziram ao mínimo a mortalidade infantil e maternal; é o que fazem as Deputadas escandinavas e britânicas defendendo a habitação do humilde, velando pelos interesses do funcionário e clamando por justiça para com a mulher (BRASIL; 1936, p. 14513).

Refletindo o espaço da mulher, ligada ao lar e à família, Lutz enfatiza que este espaço não mais compreende os anseios pessoais da mulher. Ela não só é do lar, é de todo lugar, de onde ela deseje estar e transformar a sociedade, fazendo transparecer os ideais de defesa de um povo, seja ele qual for.

[..] “E dentro desse credo que eu aqui faço, hoje, Srs. Deputados, minha profissão de fé. O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar; mas o lar não cabe mais no espaço de quatro muros – lar também é a escola, a fábrica, a oficina. Lar, Sr. Presidente, é, acima de tudo, o Parlamento, onde se votam as leis que regem a família e a sociedade humana” (BRASIL, 1936, p. 14513).

Bertha se coloca na posição que sempre defendeu, a da mulher, no espaço público e na representatividade social, podendo ser a voz do povo em busca de melhores

condições de vida. No fim de seu discurso deixa claro que um direito conquistado deve ser usado em prol daqueles que são menos favorecidos e que lutará para conquistar mais espaço para a mulher na sociedade.

[...] E é dentro desse espírito... desse espírito essencialmente feminino, essencialmente humano, que vos trago hoje, como mandatária do povo carioca, a colaboração sincera e bem-intencionada de mulher (BRASIL, 1936, p. 14512)

Os caminhos percorridos por Bertha Lutz revelam que os ideais aos quais se propôs a defender sempre foram a base de suas ações, seja na participação ativista feminina, levando o conhecimento da causa para as outras mulheres, como na construção de mecanismos legais que garantissem à mulher espaço público de igualdade com os homens.

2.3 OUTRAS REFLEXÕES

Ao olharmos para os dias atuais percebemos o quão é importante refletir a história das lutas femininas para a conquista de direitos. Sabemos que ainda a muito a percorrer e a conquistar, mas que foram mulheres como Bertha Lutz que contribuíram para que direitos como o voto e participação política das mulheres fossem enfim concretizados. Cabe valorizarmos essas conquistas, tomando voz quando o reino de opressão opera, seja na defesa dos direitos das mulheres, seja na luta pelos menos favorecidos, por todas as classes que são representadas pelo povo brasileiro, que arduamente trabalha para a construção de um país mais igualitário.

O voto feminino foi uma conquista que marcou a evolução política do país, mais ainda o direito de

participar politicamente no pleito, tendo nomes de mulheres em cédulas, e não só isso, ter representação feminina em todas as instâncias políticas brasileiras. Não podemos deixar que a voz de luta seja cerceada por ideologias que tragam o retrocesso do caminho até aqui percorrido. União em busca de maior representatividade faz da mulher a força que modificará a sociedade, trazendo mais esperança e conquistas para todos.

REFERÊNCIAS

ISSA, T.; BARRA, G. Bertha Lutz: a mulher na carta da ONU. Documentário. HBO, 2019. *In.*: **Bertha Lutz: A Mulher na Carta da ONU**, 2019. Disponível em: www.hbobrasil.com.br Acesso em: 30 mai. 2021.

BRASIL, Congresso Nacional. Diário do Poder Legislativo. Brasília, 28 jul. 1936, Discurso de Bertha Lutz por ocasião de sua posse. **Acervo do Museu Bertha Lutz**. Disponível em www.lhs.unb.br. Acesso: 18 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº 19.841 de 22 out. 1945. **Promulgação da Carta das Nações Unidas**. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em 29 mai. 2021.

UNICEF. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em www.unicef.org.br/brazil/carta-das-nacoes-unidas. Acesso: 27 mai. 2021.

MUSEU DE BERTHA LUTZ. Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Manifesto do Comitê pela Paz e Sociedade. **Aliança Internacional para o Sufrágio e Igualdade de Direitos de Cidadania**. dez. 1934.

LÔBO, Y. **Bertha Lutz**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

MARQUES, T. C. de N. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2016. (Série perfis parlamentares; n. 73 PDF).

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MUSEU DE BERTHA LUTZ. **Acervo do Museu Bertha Lutz**. Disponível em www.lhs.unb.br. Acesso: 18 mai. 2021.

MUSEU DE BERTHA LUTZ. **Discurso de Bertha Lutz por ocasião de sua posse**. Disponível em www.lhs.unb.br. Acesso em 26 mai. 2021.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Histórica do Povo Brasileiro).

SOIHET, R. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: **Mulheres**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CAPÍTULO 4

FEMINISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO: UM DIÁLOGO A PARTIR DAS IDEIAS DE DJAMILA RIBEIRO

CONTEMPORARY BLACK FEMINISM: A
DIALOGUE FROM THE IDEAS OF
DJAMILA RIBEIRO

Josiane Rodrigues dos Santos



1 INTRODUÇÃO

“Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo.”

Djamila Ribeiro

Se você se interessa por feminismo negro dificilmente ainda não ouviu falar de Djamila Tais Ribeiro dos Santos, umas das ativistas mais importantes do feminismo negro, na atualidade. Atua nas redes sociais, colocando o tema do feminismo negro em evidência, de forma acessível.

Ela nasceu em São Paulo no ano de 1980, em uma família militante do movimento negro. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo - campus Guarulhos (2012). Possui mestrado em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria feminista, atuando nas relações raciais e de gênero e feminismo. É autora de Lugar de Fala (2017); quem tem Medo do Feminismo Negro? (2018) e Pequeno Manual Antirracista (2019). É colunista do jornal Folha de São Paulo.

Embora Djamila tenha sido criada num ambiente em que a militância negra sempre esteve presente, ela também precisou passar por um processo de autoconhecimento e de reconhecimento de sua condição de mulher negra. Processo este, iniciado quando trabalhou na Casa da Cultura da Mulher e passou a ter contato com a obra de autoras como Bell Hooks; Carolina Maria de Jesus; Lima Barreto; Sueli Carneiro; Alice Walker; Toni Morrison. Segundo Ribeiro (2019, p.17) “Fui aprendendo a falar por outras vozes, a me enxergar através de outras perspectivas”.

O empoderamento proporcionado pelas obras de autoras negras se mostra um movimento cíclico, pois assim como ela se reconheceu por outras vozes, seus textos me possibilitaram o mesmo reconhecimento. Foi a partir de sua fala que me vi como negra. Até então, eu vivia em um mundo à parte, nem branca, nem negra. Com a finalidade de fugir do racismo, muitas vezes eu quis ser invisível. Não me assumir como negra, não impediu sofrer o racismo, sofri e ainda sofro. Hoje

caminho a passos largos em meu processo de autorreconhecimento, como mulher negra e empoderada. Dou voz a mais mulheres negras, em minhas redes sociais, contando minhas lutas e dores. Como mulher negra, de esquerda, mãe solo, professora e agora estudiosa do movimento negro.

2 DJAMILA RIBEIRO: COMO TUDO COMEÇOU

Como a maioria das meninas negras na escola, ainda com os oito anos de idade, Djamila conta em seu livro, “Quem tem Medo do Feminismo Negro?” Como era difícil participar das aulas de história. Em seu relato, ela diz que se encolhia na cadeira, porque sabia que ouviria brincadeiras de mau gosto. Já em casa era uma criança feliz que gostava de chamar atenção. Isso nos leva a pensar os possíveis motivos que muitas crianças negras não querem ir para escola. É na escola que a maioria das crianças tem contato com o racismo, que se manifestam nas “brincadeiras”, apelidos e muitas vezes na diferença do tratamento dispensado a crianças brancas e crianças negras, até mesmo por parte de professores. Ela conta que o que a ajudou foi ela se destacar nas aprendizagens, assim explicava para os colegas as matérias que dominava mais e ajudava nas lições, dessa forma ela foi driblando o racismo sofrido na escola e que ela não contava para os pais.

Com o tempo, com o consentimento do pai, ela começa a alisar o cabelo – cabelos lisos representam uma pressão estética experimentada pela maioria das meninas negras – desta forma, não ouviria mais dos colegas, que o seu cabelo era “duro.” As pessoas com mais 30 anos ouviram uma música intitulada “A Nega do Cabelo Duro”, que contribuía para fortalecer o desejo de muitas meninas negras de alisar o cabelo. Assim como Djamila, eu também quis ter meus cabelos alisados. Com o passar dos anos, a angústia foi crescendo e um

sentimento começara a tomar conta dela, como Ribeiro (2018, p. 15) diz:

A sensação de não pertencimento era constante e me machucava, ainda que eu jamais comentasse a respeito. Até que um dia num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento. Compreendia que existia uma máscara não calando minha voz, mas minha existência.

Percebe-se nesta fala o quanto uma pessoa pode anular-se, para caber nas “caixinhas”, para caber nas medidas do eurocentrismo. Durante anos o povo preto foi ensinado a não gostar de seus traços físicos e do cabelo. As meninas passavam quase que por uma sessão de tortura quando iam sair, seus cabelos eram penteados e presos com presilhas a prova de qualquer vento. E os meninos tinham os cabelos cortados bem baixinhos para não mostrar os fios crespos. Djamila entra para a faculdade de Jornalismo, o que já é um feito importante para uma garota negra, ela teve boas escolas e estudou inglês. Podemos considerar que ela seria uma pessoa mais privilegiada do que a maioria das mulheres negras. Seu primeiro trabalho que valorizou sua formação foi na casa da Cultura da Mulher, lá ela teve contato com várias autoras que muraram o seu olhar e contribuíram para que ela se tornasse de fato à mulher que é hoje, autora de livros que têm contribuído para o fortalecimento do feminismo negro, em especial para a construção da identidade do povo negro. A autora escreve de forma simples, porém sem perder a profundidade nas ideias, permitindo a compreensão do conhecimento para mais pessoas, democratizando assim, a informação.

2.1 LUGARES DE FALA

Em seu livro “Lugar de fala” publicado pela primeira vez em 2017, a pesquisadora vem nos dizer em letras garrafais, “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas o poder existir.” Cada negro, consciente de sua identidade, se sente representado por essa fala. Porque por mais de um século tentaram nos silenciar, a nossa história foi contada pela ótica do homem branco. O exemplo mais claro disto é aquela história que foi repetida há mais de cento e trinta anos nas escolas de todo Brasil, que Princesa Isabel Libertou os escravos no dia 13 de maio de 1888. Contudo, isso não passa de uma falácia, o negro não foi libertado, de explorado ele passa à vagabundo de um dia para o outro. Preferiu-se remunerar o branco trazido da Europa, com intuito de “branquear” a população brasileira a pagar pela mão de obra do negro. Ao negro foi negada a possibilidade de superar a miséria, restando a ele os becos da cidade. Ribeiro (2020, p. 64) reforça:

Quando falamos do direito da existência digna, à voz, não estamos falando de *locus social*, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Não tem a ver com uma visão essencialista de que somente negro pode falar sobre o racismo, por exemplo.

Fica evidente em suas palavras, que falar é uma possibilidade de sair do lugar imposto aos negros no decorrer da sua história e elevar-se, porque a fala tem esse poder. Mas de onde saiu esse conceito, Lugar de fala? Explica Ribeiro (2020, p. 57) que a origem do termo é imprecisa: “Acreditamos que este surge a partir da tradução de discussão sobre *feminist standpoint*- em uma tradução literal “ponto de vista feminina” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento colonial”. Seguindo esse mesmo raciocínio, Ribeiro (2020, p. 59) tem uma hipótese sobre a origem desse conceito:

Nossa hipótese é que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe. Percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2020, p.59)

Marcar o lugar de fala, porque falar é existir e por séculos, a existência foi negada ao negro. Com esse livro, Ribeiro propõe o rompimento da corrente que nos silenciava e coloca em evidência a fala do negro. A partir de seus estudos somos provocados a pensar: quem pode falar sobre o feminismo negro? Falar sobre determinado assunto, qualquer estudioso pode, mas para Ribeiro, uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca, por conta da localização social vai experimentar gênero de outra forma, o que a investe de um lugar de fala sobre tal assunto (p. 60). Pensando nisso, podemos citar a fala de Trutil (1851). Pronunciado na Convenção das Mulheres em Ohio, de forma improvisada.

ACASO NÃO SOU MULHER?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me ceder o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu

me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas? E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”) É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele (TRUTIL, 2017, p. 12).

Como podemos perceber neste texto, a mulher negra tem experiências distintas de uma mulher branca. Por exemplo: as políticas públicas pensadas para todos, será mesmo que atinge a todos? Ribeiro pergunta. Quem são esses todos? Se a as mulheres negras estão em um lugar de vulnerabilidade social, foi porque a sociedade produz desigualdades. E produzir desigualdades por causas de quanta melanina a pessoa tem na pele, é cruel. E o Estado precisa alcançar estas mulheres. É sua obrigação social, tanto na segurança, no trabalho com número de creches suficientes, na moradia e dando

condições para estudar. Porque nem toda mulher negra saberá refletir criticamente as consequências do racismo. Nos foi ensinado desde a escola submissão do negro e sua passividade. Fugir disso requer desconstrução de anos de “ensinamentos” pela visão do colonizador. Visão essa, que nos descaracteriza e reforça a cultura do embranquecimento. Logo o Brasil que tem a maior população negra fora da África. Que têm em sua língua e cultura os traços marcantes da africanidade. Não podemos nos calar, porque quem cala não é visto e só reforça a opressão. Para Ribeiro (2020, p. 79)

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí está o confronto de poder.

Quando um negro, consciente de seus direitos, abre a boca para ocupar seu lugar de fala, sua fala já é vista como inapropriada ou agressiva. As pessoas não querem ouvir o negro, porque não foram acostumadas a ouvir nem os ver, um exemplo disso são as novelas. Quantos negros têm em cada novela? Que papéis eles fazem? Quantos negros protagonizam? E no Senado Federal e Faculdades públicas de todo Brasil? Na atualidade os negros até conseguem acessá-las por conta da Lei de cotas, mas conseguem permanecer, pois não existem políticas que dão condições para isso e quando existem são insuficientes.

2.2 FEMINISMOS NEGROS

Ao falarmos de feminismo negro aqui, iremos partir da contemporaneidade. Graças à internet é possível que

a luta do feminismo alcance mais pessoas, em especial a luta do feminismo negro. Qualquer pessoa tem acesso à informação graças a essa ferramenta, que conecta uma grande parte da população. Com isso, o debate acerca do nosso tema está mais democratizado, e a voz de autoras como de Djamila Ribeiro conseguem chegar a mais meninas e mulheres negras deste país e até mesmo fora dele, em uma velocidade quase que em tempo real, colocando-as para pensar e debater, sobre “Quem Tem Medo do Feminismo Negro?” E mais mulheres engajam nessa luta, que vai além do gênero e do biótipo, “pensar o Feminismo negro é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, p. 7).

É pensar na disparidade social que segregava mulheres negras de mulheres brancas e vai além, incluindo a comunidade de mulheres transexuais, gays, bissexuais, travestis, transexuais, assexuais e outras possibilidades de identidades sexuais e de gênero. Partindo da teoria de Beauvoir, que diz que “ninguém nasce mulher, torna-se”. Amaral (2008) diz: “Poderia ler-se todos e todas nós aprendemos a construir identidades a partir de modelos aparentemente matriciais, que se foram depois cristalizando, mas que são eles próprios, simulacros”. A ênfase é, pois, colocada na transformação - que, podendo ser limitação, pode expandir-se para gesto de liberdade. Ao falarmos de mulheres, iremos para além da biologização, que Beauvoir refutou em sua obra “Segundo Sexo,” publicada em 1949, mas que continua atual ainda hoje. Pensando nisso, não faz sentido deixar esse feminismo mais plural de fora das nossas reivindicações, olhar apenas para uma opressão e deixar outras de fora não faz sentido.

Como mulher, negra e mãe solo de um menino inserido no Transtorno do Aspecto Autista. Não é necessário dizer que são múltiplas as bandeiras que carrego comigo. Por isso, sinto não apenas a necessidade, mas o dever de falar às minhas irmãs de cor e de opressão, da minha luta. A minha voz pode também

vir a empoderar outras, que assim como eu, fui empoderada. Nessa perspectiva, do feminismo plural que contempla a intersecção (RIBEIRO, 2018). Ao falarmos de mulheres devemos sempre perguntar de que mulheres estamos falando. Mulheres não são um bloco único – elas possuem um ponto de partida diferente. Isso precisa ser escrito em letra maiúscula, é por isso que foi preciso dar cor a luta feminista. Uma vez que temos demandas que divergem, da luta do feminismo iniciada no Brasil no início do século XIX, chamado de primeira onda, baseado na luta da mulher branca.

Já “A Segunda Onda Feminista é reconhecida por estar compreendida no período que se estende da década de 1960 até a década de 1980” (ANTÔNIO JUNIOR, 2021). Contudo, ainda hoje, no que é considerada a terceira onda do feminismo negro, querem nos silenciar, abafar nossa voz, mas não tem como! Nós não seremos mais silenciadas! E está claro, que “nosso” grupo tem opressões que diferem da mulher branca:

O debate, portanto, não é meramente indenitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanos. Uma vez que o conceito de humanidade contempla somente homens brancos, nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório. É uma grande luta, que pretende ampliar o projeto democrático (RIBEIRO, 2018, p. 27).

Nossa luta deseja abrir espaços para a mulher ser ouvida e vista, porque quanto mais anos passarem sem nos ver, serão mais anos que seremos oprimidas e

esquecidas pela mão do Estado. Então precisamos dar visibilidade às nossas questões. E como Ribeiro (2018, p. 83) bem disse, “Como negra não quero mais ser objeto de estudo, e sim sujeito da pesquisa.” Como ela, eu desejo ser a mulher que escreve a sua própria história, porque ninguém a conhece mais que eu. Sou uma mulher consciente de meus direitos, dona da minha voz, do meu querer e do meu corpo. Nenhuma sociedade racista vai me fazer voltar às “senzalas” e nem hipersexualizar o meu corpo e me tratar como objeto. Porque graças à possibilidade que tive de conhecer o feminismo negro, eu transcendí. Sai do lugar colocado à mulher preta e ocupo meu lugar de fala, denunciando injustiças. E procuro despertar a menina e a mulher negra para a construção de sua autoconstrução indenitária a partir de textos como este, redes sociais, em sala de aula e no meu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto tem a pretensão de contribuir para o empoderamento de mulheres negras, a partir de um diálogo com ideias de Djamila Ribeiro, das suas Obras: “Lugar de Fala” e “Quem Tem Medo do Feminismo Negro”. Para início de conversa, chegou um momento que o Feminismo da mulher branca e de classe média, não atendia mais as necessidades da mulher negra e pobre. Uma vez que temos demandas que divergem, da luta do feminismo iniciada no Brasil no início do século XIX. Pois *o locus* social dessas mulheres, brancas e negras, é diferente, não há como universalizar e a mão do Estado não atende a todas de forma igualitária. Com suas Obras “Lugar de fala” e “Quem tem medo do Feminismo Negro”. Djamila Ribeiro, da voz a uma questão antiga do Brasil, a opressão que a mulher negra recebe, por ser mulher e negra. Contudo, a autora não fica apenas na questão de gênero ela denuncia as desigualdades sociais

a que estamos sujeitas, contemplando a pluralidade do feminismo, invocando a interseccionalidade em sua fala. Por isso, é tão urgente à questão do feminismo negro. Precisamos romper as barreiras que o racismo impõe. Mas isso só é possível, a partir da conscientização de autorreconhecimento, da construção da nossa identidade como mulher negra e empoderada.

Desse modo, precisamos passar pelo processo de visibilidade, é necessário que eu fale que sejamos ouvidas, para sermos vistas. Nesta perspectiva, teremos mais condições de lutar por igualdade de direitos, os quais a mulher negra está excluída ou não tem acesso de forma plena. Porém, até agora o que conseguimos foi sermos taxadas de vitimistas ou agressivas. Nesse momento precisamos falar ainda mais “alto”, que não precisa ter medo do feminismo negro. Lutamos apenas pelo nosso direito, nem mais nem menos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. L. **Simone de Beauvoir**: Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Disponível em <https://www.publico.pt/2008/01/09/jornal/simone-de-beauvoir-ninguem-nasce-mulher-tornase-mulher-244344> Acesso em: 10 jun. 2021.

ANTÔNIO JUNIOR, G. **Segunda Onda Feminista**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/segunda-onda-feminista/> acesso em: 30 mai. 2021.

FUKS, R. **Djamila Ribeiro**: ativista brasileira. Disponível em: https://www.ebiografia.com/djamila_ribeiro/, acesso em: 20 mai. 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala.** São Paulo: Suely Carneiro: Jandaíra, 2020.

CAPÍTULO 5

O FEMINISMO NEGRO DE LÉLIA GONZALES

THE BLACK FEMINISM OF LÉLIA GONZALES

Alana de Andrade da Conceição

Márcia Vorpapel Serschön

Michel Alves da Cruz



1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista, em seu cerne, está imbuído em uma noção universal a respeito das mulheres, que não leva em consideração as diversas interseções relacionadas a classe, raça, gênero, cor e outras questões que são decisivas em relação ao impacto do movimento, e como ele pode ser utilizado como instrumento político dentro de uma sociedade. O presente livro, surge para falar a respeito do movimento do feminismo negro, buscando ênfase no movimento que ocorreu no Brasil,

estimulado pela atuação ativista de Lélia Gonzalez, considerada uma das pioneiras do movimento no país. Para isso, se debruça a respeito do movimento feminista e explora as suas raízes, buscando demonstrar qual é a diferença que existe entre o movimento feminista, e o movimento feminista negro.

Para isso, este livro se pauta em uma pesquisa de cunho bibliográfico. Neste sentido, buscou-se efetuar pesquisas em portais de periódicos, além de investigações relacionadas a leis, decretos e documentos que pudessem sustentar a discussão aqui proposta.

2 O MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista se distingue de outros movimentos, por possuir características peculiares. Para que se possa entender o movimento de maneira completa, seus processos e história, é necessário identificar que sua natureza, enquanto movimento, produz sua própria reflexão crítica e teoria (PINTO, 2010). Segundo Pinto (2010) essa é uma coincidência existente entre a teoria e a militância, e atrela-se a sua origem, dentre outros fatores, ao tipo social de militante que impulsionou, ao menos em um primeiro momento do movimento, o feminismo que se origina na segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, que se concentravam na área das Humanidades, da crítica literária e da psicanálise. Desse modo, a partir da identificação dessa dupla característica, é possível concluir que tanto o movimento feminista, quanto a sua teoria, já excedeu seus próprios limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas, dentro das suas próprias teorias das Ciências Humanas (PINTO, 2010). Um dos maiores expoentes atuais, Nancy Fraser (2005), em comentários ao livro *Reframing Justice*, bem como a algumas críticas que teceu em um artigo intitulado "Feminism,

Capitalism and the Cunning of History” – publicado em abril de 2009 na *New Left Review*, é possível observar o impacto que o feminismo norte-americano produz nos estudos de gênero e feministas na América Latina e no Caribe.

Segundo os estudos de Pinto (2010) Nancy Fraser direciona suas obras, no sentido de objetivar a (re)construção de um novo paradigma, dentro das “teorias da justiça”, no contexto atual, no capitalismo moderno. Desse modo, seus esforços não seriam justificáveis, ou até mesmo compreensíveis, se a autora não estivesse pautada nas considerações sobre as dinâmicas do movimento norte-americano feminista, de modo mais latente. Funciona como um pano de fundo mobilizador de suas reflexões. Para o autor Miguel (2005) *apud* Pinto (2010, p. 15):

(...) a preocupação corrente de multiculturalistas e de distintos teóricos da diferença seria a de produzir, não uma teoria democrática, mas uma teoria da justiça. É justamente a este deslocamento que parte importante das teorias feministas se dedica contemporaneamente: em parte isto se deve porque, desde a contribuição original de Rawls (1971), ficou patente para o mundo que as democracias ocidentais (e suas teorias subjacentes) vinham convivendo facilmente com um quadro desalentador de profundas desigualdades sociais e políticas. Dentre as contribuições diversificadas das teorias feministas contemporâneas sobre os debates estabelecidos acerca de temas cruciais – como igualdade e diferença, teorias da justiça, Estado nacional, democracia e participação – destaca-se sobremaneira a contribuição de N. Fraser”.

A notória contribuição dos estudos de Fraser (1995; 1999) foram consolidados, principalmente quando se observou as suas contundentes críticas ao Trabalho Filosófico de Habermas, ao seu famoso conceito de esferas públicas, na sua obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), no qual o autor tratou da gênese e transformação da “esfera pública burguesa”.

É importante concluir que a despeito dos estudos voltados ao feminismo, toda simbiótica e desenvolvimento que requerem, o feminismo contemporâneo se contrapõe a problemas que ultrapassam as fronteiras de uma nação isolada. As restrições tradicionais, bem como a demarcação de limites está aquém da realidade atual. A nova dinâmica com a qual a sociedade de forma geral, tem abordado o tema, abre o espaço para o debate acerca das próximas nuances que terão de ser reafirmadas e como essa nova dinâmica tem espaço no trânsito movimentalista entre o pensamento e a práxis feminista, na virada de uma “quarta onda”. Porém, já agora, é possível afirmar, que o “acerto de contas” de milhares e milhares de mulheres durante as últimas décadas, tem dado maior visibilidade a opressão, invisibilidade e silêncio de tantas outras. Tentando, desse modo, construir e solidificar as condições de que um jogo político e científico, não se desenvolva de forma reducionista, enviesado, infértil, descomprometido e limitado, e isso é algo grande para o movimento atual.

2.1 O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

O Movimento feminista começou a ser difundido a partir da década de 1960, tendo origem na Europa, e nos Estados Unidos. O movimento somente adentrou a

América Latina na década de 1970, quando, segundo Pinto (2003) mulheres latinas-americanas começaram a se organizar em prol da luta contra o machismo e o sexismo, que considerava mulheres inferiores aos homens dentro da estrutura social. Nesse sentido, segundo Roland (2000) também começaram a ser difundido pelas intelectuais feministas, as questões relacionadas com a opressão e a subordinação feminina, e de como havia uma diferença crucial em relação a isso nas diferentes sociedades e épocas. Porém foi de fato somente na década de 1970 se passou a discutir a identidade feminina, visto que aqui havia sido pelas feministas não levava em consideração as diferenças dentro do campo historiográfico e do movimento político. Nesse sentido,

A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (CARVALHO, 2011, p. 57).

Esta fragmentação da identidade feminina foi necessária, pois levou em consideração aspectos que segundo Barros (1995) não foram considerados como as questões relacionadas à classe, a raça e a etnia. Assim, surgiram as diferenças políticas dentro do movimento feminista, que acabou inclusive contribuindo para o questionamento dos pressupostos de correntes historiográficas que utilizavam a figura de um ser humano universal nos seus estudos.

Segundo Bamidelê (2012) no fim da década de 1970, teve início o movimento feminista negro, e partiu de

feministas negras estadunidenses, buscava novas perspectivas dentro do movimento feminista, partindo das questões relacionadas a diferença dentro da própria teoria feminista. Essas ativistas compreendiam que afirmação de uma identidade feminina homogênea pelo movimento feminista, era limitada para identificar e viabilizar algumas demandas mais específicas, que eram suportadas por mulheres que sofriam com a intercessão de diversas condições.

Essas condições, segundo Ribeiro (1995) estavam relacionadas a gênero, a raça, a classe social, a etnia, bem como a orientação sexual. Existe uma longa tradição feminista entre as mulheres negras no meio desse movimento era possível identificar uma consciência acerca da intercessão entre as categorias supramencionadas que não existia dentro do movimento feminista original. Os estudos que começaram a ser produzidos por intelectuais negras no Brasil, e que segundo Lugones (2010) buscavam identificar a conceituação do feminismo negro, podem ser identificados como instrumentos que visibilizaram as condições que essas mulheres enfrentavam morando no Brasil. Se faltando na interseção entre a raça o gênero e a classe, essas intelectuais conseguiram explorar suas experiências históricas, e chamar atenção para a presença das mulheres negras dentro dos espaços públicos.

Escritoras diz período, segundo Barros (1995) buscaram mapear essa participação e presença desde o período colonial, onde a chefia de famílias era exercida de modo simbiótico e significativo por mulheres negras. Desse modo, dentro da historiografia as mulheres negras somente passaram a aparecer como agentes históricos, nas últimas décadas. Segundo Rocha (2000) antes disso as mulheres negras somente eram retratadas dentro da literatura. Nesse sentido,

Hoje elas surgem em cena como aliadas na resistência à violência,

protagonistas na negociação e na sobrevivência: são negras de tabuleiro, mucamas, prostitutas, feiticeiras, mães e amas, escravizadas e chefes de domicílio cujos nomes encontram-se nos testamentos (como parte do espólio e como proprietárias), nos processos eclesiásticos, registros policiais e nas disputas de tutela (ROCHA, 2000, p. 153).

Nesse espaço de tempo, movimento de mulheres negras no Brasil, somente tomou força no limiar da redemocratização brasileira, o que se deu somente após um período de duas décadas passadas a ditadura civil militar no país, que se desenvolveu do ano de 1964 até o ano de 1985. Mesmo assim, as mulheres negras nesse período já estavam envolvidas com outros movimentos sociais, como o negro e o feminista tradicional.

2.3 O FEMINISMO NEGRO DE LÉLIA GONZALEZ

O Feminismo Negro ressoou no Brasil, em fins da década de 1970, por meio de feministas negras como Lélia Gonzalez (1935-1994), que iniciou as discussões sobre a mulher negra nas questões referentes ao mercado de trabalho, a educação e a saúde (VIANA, 2011, p. 272), e a filósofa Sueli Carneiro, que cunha a expressão “enegrecendo o feminismo” para discutir a emergência de um novo movimento, que surge para visibilizar as condições das mulheres negras na sociedade brasileira.

A feminista Lélia Gonzalez, nascida em 1935, em Belo Horizonte, era a penúltima filha de 18 irmãos. Seu pai, negro, era ferroviário e sua mãe, indígena, era doméstica. Em 1942, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, acompanhando o irmão que era jogador de futebol do

Flamengo. Seu primeiro emprego na cidade foi de babá e, perfazendo um percurso pouco usual para as mulheres negras na década de 1950, graduou-se em História e Geografia (1958) e Filosofia (1962) na atual UERJ, antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Trabalhou como professora da rede pública e particular e fez mestrado em comunicação social e doutorado em antropologia política/social, em São Paulo (SP) (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2010).

Lélia foi uma grande militante do movimento negro no Brasil, sendo a responsável pela introdução do debate sobre o racismo nas universidades brasileiras (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2010). Em 1976, entrou para o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, um exemplo de sua luta para eliminar a distância entre a cultura e o fazer político. No mesmo ano, participou da criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo. Em 1978, junto com outras lideranças negras, fundou o Movimento Negro Unificado (MNU).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi demonstrado, cabe concluir que o movimento negro, possui um impactante papel na construção identitária do feminismo no Brasil, e o papel de Lélia Gonzalez nesse pacto, reside participou ativamente da preparação do Brasil para as conferências sobre a mulher e teve reconhecimento internacional pelo desenvolvimento de estudos feministas brasileiros pensados sob a ótica de mulheres radicalizadas.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. *In*: RIBEIRO,

M. (Org.) Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 3, n. 2, 1995, p. 458-463.

BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA. **Relatório Narrativo e Financeiro**. João Pessoa, 2011-2012, 15 p. Digitado.

CARVALHO, R. A.; ROCHA, S. P. “Estes passos vêm de longe”: trajetória do Movimento das Mulheres Negras no Brasil Republicano. **Anais do III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa: UFPB, 2011, 11p.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. *In*: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1995.

FRASER, N. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Revista Ecuador Debate**, n. 46, 1999.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *In*: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

FRASER, N. **Reframing justice**. Amsterdam: Royal Van Gorcum. 2005a.

FRASER, N. Reframing Justice in a globalizing world. **New Left Review**, London, n. 36, p. 69-88, 2005b.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalism: A Conversation in Critical Theory**, Polity, 2018.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Lélia Gonzalez (1935-1994)**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/leliagonzalez>. Acesso: 15 jun 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2010.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras de Bertiooga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 446, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033>. Acesso: 15 jun. 2021.

ROCHA, E. A captura de novos sentidos na História – Gênero e Etnia. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 4, n. 4, 2000.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST, 2007.

ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (Org.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIANA, E. do E. S. Lélia Gonzalez: Fragmentos. *In*: GOMES, F.; PETRÔNIO, D. (Org.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 267-286.

CAPÍTULO 6

MULHERES INDESEJADAS PELA FAMÍLIA: INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS NO CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE BARBACENA

UNWANTED WOMEN BY THE FAMILY:
COMPULSORY HOSPITALIZATIONS OF
BARBACENA PSYCHIATRIC HOSPITAL
CENTER

Karina Bernardino



1 INTRODUÇÃO

A internação compulsória de mulheres existe há séculos: basta uma mãe, irmã, esposa ter um comportamento condenatório para que haja motivo suficiente para enclausurá-las. Antes de instituições psiquiátricas existirem, as famílias levavam suas contrapartes femininas aos asilos e conventos. E quando a psiquiatria começou a trilhar seus passos, aos hospitais

e hospícios. Um exemplo que podemos prover é a histeria, condição feminina que assolou as mulheres nos tempos de Freud. Etimologicamente remente à útero, portanto, todo comportamento irregular era de responsabilidade de sua condição feminina. E a palavra histórica assumiu neologismos que tornam a condição com pecha mental.

E isso o bastante para que homens as mandassem para tratamento. Porém, esse círculo vicioso tornou uma via de escape para aqueles que queriam se ver livres de suas parentes, seja por motivo de vergonha oriundas de uma deficiência física ou mental, ou vergonha social, por comportamento tipo inadequado (como homossexualismo ou libido), assim como filhas que sofreram abusos e estavam arruinadas aos olhos da sociedade.

O Hospital Colônia de Barbacena foi um dos primeiros institutos de saúde mental em Minas Gerais, Estado que se tornou a capital brasileira dos hospitais psiquiátricos. Mas em vez de tratar pacientes necessitados, se tornou um repositório de indigentes e pessoas indesejadas pela família: homens e mulheres com alguma deficiência, pessoas homossexuais, crianças nascidas fora do casamento.

E nesta fatia de internos muitas mulheres embarcaram para nunca mais voltar, tratadas com a mesma linha Nazista: tortura diárias, exposição à violência sexual e física, bebendo água de esgoto e comendo restos de ratos, disputados por outros internos dos pavilhões.

Daniela Arbex (2013), Renan Damasceno (2017), Maria Fernanda Garcia (2017), Lucas Baranyi (2020), Ana Boff de Godoy (2014), entre outros, trazem suas pesquisas e vozes para contar a realidade das mulheres internadas compulsoriamente e tratadas de forma desumana.

2 CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO DE BARBACENA

Conhecido como Hospital Colônia, este centro de saúde mental colecionou mais de 60 mil mortes durante seu período de funcionamento – de 1930 a 1980. Em Barbacena, Minas Gerais, as práticas passaram a ser comparadas ao nazismo e seus campos de concentração: “mais de 70% dos pacientes não sofriam com nenhuma doença”, nenhuma do espectro mental, foco principal do hospital.

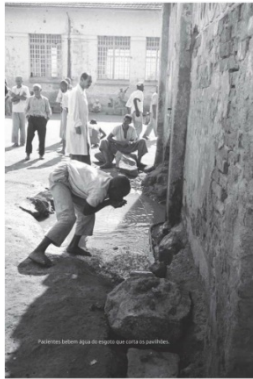
Os pacientes eram, em sua maioria, crianças rejeitadas pelos pais, parentes internados por não cumprirem as normas sociais, como homossexuais, filhos gerados fora do casamento e mulheres estupradas renegadas pela família e cujos criminosos possuíam dinheiro o bastante para acobertar. O presente estudo tem como foco as mulheres internadas de forma compulsória pelos seus familiares.

Em agosto de 1900, foi sancionada a lei n. 290, que aborda a "criação da assistência de alienados" e a "instalação de hospícios". No artigo terceiro, a lei especifica como devem ser as instalações do hospício: "No prédio que for destinado ao hospício haverá, além das acomodações precisas, um pavilhão para observação dos indivíduos suspeitos, um gabinete electro-therapico e oficinas, quando necessárias e a juízo do governo" (Lei n. 290, 1900) (DUNKER; NETO, 2017, p. 957).

O referido hospital foi o principal fornecedor de cadáveres para as faculdades de medicina de todo o país, durante o período de seu funcionamento até a década de 1970, quando qual tal comércio foi denunciado à

Assembleia Legislativa. Os corpos eram, segundo Dunker e Neto, permutados por medicamentos, alimentos e roupas para os internos.

Porém conforme denunciado, beber água do esgoto e comer ratos era prática comum entre os internos, que possuíam escassas condições de sobrevivência, além dos tratamentos diários de eletrochoque, estupro e outros.



Fonte: Livro Holocausto Brasileiro, Daniela Arbex

Em 1961, o jornalista da revista O Cruzeiro, Luís Alfredo, foi o primeiro a denunciar, por meio de fotos, as torturas perpetradas entre as paredes da Colônia. Foram mais de 300 imagens capturadas, registrando o descaso e a situação precária de pacientes, que enfrentaram mais 20 anos de tortura antes que o hospital fechasse e passasse por uma extensa reformulação, atuando nos dias de hoje como um CAPS.

2.1 A INTERNAÇÃO FEMININA

A internação feminina em instituições acontece por anos. Na Idade Média, mulheres indesejadas pela família

eram enclausuradas em conventos e outros locais de cunho religioso. Os motivos poderiam ser desde problemas mentais reais (embaraçosos para a família) até para esconder vítimas de estupro, já que as moças não eram mais “puras”.

O Hospital Colônia de Barbacena abrigou mulheres nas mesmas condições: sejam crianças indesejadas ou nascidas fora do casamento, amantes que engravidavam, parentes com problemas leves ou severos mentais e físicos, mulheres adúlteras (e alegadamente adúlteras) ou por não serem mais convenientes à família (e isso engloba mães jovens, anciãs).

Mulheres que engravidavam e pariam dentro do Hospital Colônia, logo eram separadas de seus bebês. Para evitar a separação, as mães cobriam a si mesmas com fezes, numa tentativa de evitar que funcionários se aproximassem (FRANKLIN, 2017, p. 12)

De acordo com Franklin, eram cerca de 2.600 mulheres amontoadas nos pavilhões, conhecidos como casa dos horrores. “Conta que uma senhora suplicou ao Secretário da Saúde Roberto Resende, para que sua mãe não fosse internada no Hospital Colônia pois sabia que era uma “viagem só de ida”, relata Franklin, que demonstra o quanto a imprensa e a política não davam a devida atenção ao hospital e suas nefastas práticas sádicas, além de revelar a verdade de quem era admitido na entrada nunca teria os papéis de alta hospitalar. Ao entrar no Hospital Colônia de Barbacena as mulheres nunca mais veriam a liberdade.

José Carlos teve sua mãe internada quando tinha cinco anos de idade. Nunca mais a viu com vida – ou em morte, pois não teve sequer um funeral. Durante a produção do filme Holocausto Brasileiro, baseado no livro de mesmo nome escrito por Daniela Arbex, José Carlos

encontrou indícios da estadia de sua mãe, assim como o autor da internação compulsória: seu próprio pai. Essa história se repete com centenas de outras mulheres, que tiveram seus direitos tolhidos pela família.

A figurinista Tereza Abreu conta, durante o documentário, que tem uma amiga cuja mãe também foi encerrada em Barbacena. O motivo que levou o marido a interná-la foi um pedido de divórcio. “Demorou um tempo para a família descobrir e tirar ela dali. Muitas pessoas foram internadas dessa forma e pouca gente sabe”.

As mulheres andavam em silêncio na direção do Departamento A, conhecido como Assistência. Daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs. As que não podiam pagar pela internação, mais de 80%, eram consideradas indigentes. Nesta condição, viam-se despidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem alguém que as parisse (ARBEX, 2013, p. 27).

Ainda, muitas mulheres recebiam a alcunha “Ignorado de Tal”, marcando-as como indesejadas desprovidas de direitos sobre o próprio corpo e identidade. Arbex (2013) relata que grande parte eram filhas de fazendeiros que perdiam a virgindade ou se comportavam de maneira inadequada para a realidade brasileira vigente, uma realidade dominada por latifundiários e coronéis. Outra fileira de mulheres a compor os pavilhões dos horrores eram esposas trocadas

pelas amantes, visto que o divórcio não era visto de bom-tom. Assim, seus maridos (possuidores de suas pessoas) as internavam em Barbacena para gozar da liberdade de ir e vir com suas amantes.

O homem apareceu na escada, batendo a porta. Ela se encolheu. Puxada pelos cabelos, foi jogada sobre a mesa. Deitado por cima dela, o patrão a estuprou. Machucada, Geralda sentiu dor na alma. Pela primeira vez na vida, desejou a morte. Quando o ato acabou, ela permaneceu deitada na mesa. Perdeu a noção das horas. Sem ninguém no mundo, só conseguia chorar. O tempo passou, mas agora quem estava diferente era ela. Havia perdido o ar ingênuo, suas feições endureceram. Seu corpo também passara por transformações. A mama havia crescido; o quadril, alargado. Ela vomitava quase que diariamente e, ainda assim, sentia mais fome. Logo a gravidez foi descoberta, e familiares do advogado começaram a articular uma saída. A mais fácil seria mandar a gestante para longe, para um local de onde ela não pudesse mais sair. Com a ajuda de duas irmãs de caridade amigas da família, o destino de Geralda foi traçado. Assim, naquele ano de 1966, a menina deixou o imóvel em Virginópolis na companhia de duas freiras: Helena Guerra e Tereza. Depois de uma longa viagem, elas chegaram a Barbacena. Ao avistar um dos prédios do Colônia, Geralda sentiu o coração apertar. "Que estranho!", pensava. Mas somente quando entrou no pavilhão do chamado hospital é que ela conseguiu falar:

— Meu Deus!

Havia tantas mulheres caídas no chão, espalhadas pelos cantos, em meio a fezes, que a gestante foi tomada pelo pânico. Inconscientemente, colocou a mão sobre a barriga na tentativa de proteger o filho. Que lugar era aquele? Por que as pessoas estavam ali? Os gemidos de lamento eram ensurdecedores. Mesmo grávida, ela tomou seu primeiro eletrochoque, para “amansar”, disseram os guardas. Foi a última coisa que ouviu no seu primeiro dia na Assistência, nome dado ao setor feminino do Colônia (ARBEX, 2013, p. 123).

Dentro dos pavilhões as mulheres ficavam juntas com todos os outros internos, nuas à mercê da violência sexual.



Fonte: Livro Holocausto Brasileiro, Daniela Arbex

As pacientes chegavam de trem, enfiadas nos vagões à força. Na instituição suas cabeças eram raspadas e as roupas retiradas. A expressão “trem de doido” foi instaurada ao vocabulário dos mineiros, criada pelo escritor Guimarães Rosa, sobre os trens que levavam

os judeus para Auschwitz – um paralelo para o trem mineiro.

O romancista, em realidade, conhecia o Hospital Colônia, tendo atuado como médico voluntário da Força Pública durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (ARBEX, 2013). Seu conto “Sorôco, sua mãe e sua filha”, presente no livro *Primeiras Estórias* (1962), Rosa retoma os trens carregados de “loucos” em direção à capital nacional do tratamento psiquiátrico (Minas Gerais). O personagem principal encarna as vozes daqueles encarnaram no trem para nunca mais voltar.



Fonte: Livro *Holocausto Brasileiro*, Daniela Arbex

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inaugurado em 1903, o Hospital Colônia de Barbacena foi o primeiro hospital psiquiátrico público de Minas Gerais. Desde a década de 1930 até sua reestruturação na década de 1980, foi palco do protagonismo machista que enclausurava mulheres à força, despindo-as de suas próprias vontades e identidades. As mulheres, naquela época, eram posse de

homens de família – seus pais, irmãos e maridos. A possibilidade de defesa era irrisória.

Barbacena ainda hoje carrega a pecha de tantos anos de maus-tratos, revelando a realidade feminina dos anos passados e que, de certa forma, acontece até os dias atuais. Virtudes específicas e comportamentos esperados de mulheres, mas que totalmente aceitáveis para homens, garantia uma passagem só de ida para o ostracismo. O holocausto passou por aqui e possui endereço: Barbacena.

Mesmo com as denúncias e pedidos ao Ministério Público, demorou anos até que os pacientes pudessem se libertar fisicamente, pois os danos mentais perduram até hoje.

Como descrito, os filhos nascidos no Colônia eram retirados de suas mães para nunca mais serem encontrados. Muitas mães os procuraram, assim como os filhos, ao descobrirem as origens de seus nascimentos. O livro de Daniela Arbex (2013) relata casos em que o nome da mãe foi escondido da filha e, quando ela descobriu e conseguiu ir atrás, já era tarde demais: a mulher havia morrido há pouco tempo.

Quando o fotógrafo Luís Alfredo tirou três centenas de fotos e levou à público o que se passava no local, mesmo quando uma filha implorou para a mãe não ser internada, mesmo quando o comércio de cadáveres foi delatado e a venda proibida, o “trem dos doidos” continuou a trilhar e lotar seus vagões. E mães, filhas, irmãs foram despojadas de tudo, perdendo primeiro sua liberdade, suas mentes e, por fim, suas vidas.

CAPÍTULO 7

CORES, CHEIRO E SABOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES DE JORGE AMADO

COLORS, SMELL AND TASTE:
REPRESENTATIONS ABOUT THE
WOMEN OF JORGE AMADO

Aline Ferreira



1 INTRODUÇÃO

As mulheres personificadas nas obras de Jorge Amado acabaram por projetar a imagem da mulher brasileira tanto nacional como internacionalmente. Gabriela, Dona Flor e Tieta forma romances de Amado que depois de livros foram transformados em filmes e novelas vendidas para o mundo.

O estudo teve como foco abordar a identidade feminina e suas complexidades, partindo de informações implícitas dos personagens de obras de Jorge Amado na literatura brasileira.

Embora tenham aumentado as pesquisas sobre a representação da mulher na sociedade, especificamente na literatura, esse é, ainda, um tema fecundo, cuja importância se reforça com o acirramento de questões sobre feminismo, gênero, identidade, raça e racismo. Utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica, buscando em livros, revistas, artigos e obras de Jorge Amado, o embasamento teórico necessário ao estudo.

2 JORGE AMADO

O escritor Jorge Leal Amado de Faria, militante no início da carreira, foi um dos autores brasileiros mais famosos e traduzidos de todos os tempos, também foi o autor mais adaptado da televisão brasileira tendo como principais sucessos *Tieta do Agreste* e *Gabriela Cravo e Canela*. Para Jorge Amado, a Bahia é o cenário da realidade social brasileira. Lá estão representados todos os problemas de sua época que permanecem até hoje, daí o caráter sempre atual e o sucesso internacional de suas obras. Nasceu em Itabuna na Bahia, em 10 de agosto de 1912, filho de João Amado de Faria e Eulália Leal. Viveu durante toda a sua infância na cidade de Ilhéus, na Bahia. Atuou como repórter e começou a escrever profissionalmente aos quatorze anos de idade no *Diário da Bahia*, *O imparcial* e *O Jornal*. Em 1930 se mudou para o Rio de Janeiro, para estudar Direito estabelecendo amizade com intelectuais da esquerda como Gilberto Freyre, Vinicius de Moraes e outros.

Em 1945 casou-se com Zélia Gattai com quem teve dois filhos, João Jorge e Paloma. Viajou pela América Latina, Leste Europeu e União Soviética entre as décadas de 1940 e 1950. Foi autor de livros como *Gabriela, cravo e canela* (1958), *Tenda dos Milagres* (1969), *Tieta do Agreste* (1977). Em 1961 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e ganhou prêmios como Camões

(1995), Jabuti (1959 e 1997) e do Ministério da Cultura em 1997. Viveu na década de 1980 entre Salvador e Paris. Em 2001 faleceu prestes a completar 89 anos.

Em suas obras era visível a mestiçagem biológica e cultural entre portugueses e africanos na qual se destacava o otimismo e a garra do povo em meio ao sofrimento. Buscando uma representação da identidade nacional, o autor acaba criando um recorte da sociedade brasileira, generalizando e romantizando alguns personagens com elementos alegres, mestiços, festivos e sensuais, no intuito de revelar mitos, tabus e desejos reprimidos (GOLDSTEIN, 1985).

2.1 A MULATA NA LITERATURA BRASILEIRA

A imagem da mulata brasileira é retratada na literatura com estereótipo da sensualidade, com destaque para o requebro do seu corpo capaz de despertar desejo nos homens associando-as a doces e frutas. É um desejo comestível que todos têm vontade de provar (ABREU, 2001).

Percebe-se que o preconceito existente contra mulatas retratados na literatura expõe o ideal da sociedade em que independente da época ou da cor, a figura feminina é destacada por sua sexualidade irresistível associada ao trabalho doméstico. A mulata tão presente em letras e discursos sexuais traz um paradoxo em relação aos marcadores sociais. No universo das classificações, a mulata tem cheiro, sabor e cores. É cravo, canela e alecrim. É pele de jambo e açaí, é a cor do pecado. Em resumo é a mulher desejável (CORREA, 1996).

Esse simbolismo mulato pode ser entendido como um retrógrado racismo, já que tal temática se origina de uma sociedade patriarcal e escravista em que a mulher negra era criada para saciar os desejos do seu dono. Historicamente a mulher negra foi escrava para os mais

diferentes tipos de trabalhos, ama de leite dos filhos da senhora e objeto sexual dos senhores. Pode-se dizer que dessa condição se originou a expressão “Mulher negra é para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar-se”.

Esse olhar exótico sobre a figura da mulher mestiça nas obras de diversos autores contemporâneos remonta ao período colonial e às grandes viagens das descobertas, em que nos diários de bordo, Pedro Vaz de Caminha, entre outros, faziam a representação do povo que aqui vivia.

3 AS MULHERES DE JORGE

TIETA DE TIETA DO AGRESTE

Tieta, de Tieta do Agreste, trata-se de uma jovem que foi expulsa de Santana do Agreste por seu pai, devido sua conduta sexual, ao ter dormido com vários homens em sua adolescência sempre em busca de sua satisfação sexual. Tieta passa a viver em São Paulo como prostituta e cafetina. Vinte anos depois retorna a Santana do Agreste para rever sua família e seus amores. “Dei a quem quis, por querer, antes de ser mulher dama, para satisfazer o fogo me queimando o rabo, nunca por dinheiro” (AMADO, p. 180).

Caracterizada por uma mulher livre, dona de si, na qual a sua liberdade sexual estava acima de tudo, mesmo quando prostituta Tieta só se deitava com quem queria.

Nesse romance, Jorge Amado ultrapassa todos os bons costumes, os valores familiares ao descrever Tieta uma mulher madura e sedutora que tira a virgindade de seu sobrinho que era seminarista. Neste romance, Amado inova ao tratar da virgindade masculina, sob um ponto de vista feminino.

DONA FLOR DE DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS

Outra personagem marcante de Jorge Amado foi Dona Flor, protagonista de *Dona Flor e Seus Dois Maridos*. Dona Flor é uma esposa que vive em um relacionamento machista com Valdinho, um malandro infiel.

A personagem de pele bronzeada enfatizava a sensualidade da mulata brasileira. Ela tinha uma vida sexual ardente com seu primeiro marido Vadinho e depois que ele morre, ela se casa novamente, mas embora tivesse um relacionamento sexual ativo, este não era especial, tanto em que nas cenas de amor com o segundo, seu corpo moreno era coberto com um lençol (DA SILVA, 2012).

Percebe-se neste romance, a busca de Dona Flor pelo prazer sexual, independente das traições do marido era com Vadinho que ela se sentia completa. Tanto que Vadinho retorna como espírito e no final ela tem que escolher se o aceita como amante ou o expulsa de sua vida. Decide ficar com os dois, o marido real, na qual dava satisfação de sua vida para a sociedade, e seu marido fantasma que o satisfazia na cama.

Mais uma vez, Jorge Amado quebra tabu ao criar uma personagem casada, mas sem filhos e que vive por uma satisfação sexual, diferente das mulheres de sua época que se casavam, tinham filhos e viravam donas de casa, e seus maridos iam à busca de mulheres nas ruas para saciar seus desejos (DA SILVA, 2012).

GABRIELA DE GABRIELA CRAVO E CANELA

Gabriela, Cravo e Canela teve sua primeira publicação em 1958, sendo definido pelos críticos como um romance que denuncia as injustiças sociais e políticas, perpassando por uma história de vida cotidiana, cheia de preconceitos, falsos moralismos com relação a sexo, amor e casamento. As diversas personagens

femininas que conduzem os episódios, nesse romance, expressam a luta pela libertação da mulher, exaltando a simplicidade do cotidiano na cultura baiana.

Gabriela, protagonista do romance *Gabriela Cravo e Canela*, é um misto de simplicidade e sensualidade. O andar descalço, as brincadeiras na rua refletem sua inocência ao mesmo tempo em que o seu vestido curto demonstra uma sexualidade que desperta nos homens desejos.

A sua cor morena, cor de canela é utilizada para reafirmar o tropicalismo, o exotismo, a natureza simples da mulher brasileira. A venda da imagem morena, mulata em junção ao samba no pé se deve, sobretudo ao carnaval. Ainda a personagem Gabriela propõe uma ênfase ao regionalismo, a ruptura da tradição para a modernidade, a quebra de tabus. Nesse romance a quebra de tabu traz no rol das discussões a infidelidade da mulher, que para a personagem este ato não se trata de pecado, nem tampouco de uma atitude vergonhosa, para ela é normal, podendo sim amar o seu homem, mas se deitar com quem lhe convier, afinal o seu corpo lhe pertence. Gabriela é uma mistura de espontaneidade e erotismo, faz um jogo de sedução com o leitor ao mesmo tempo em que a veem como um ar infantil, moleca, que gosta de se divertir, tem um ar de mistério, sedução, fruto de desejos (DA SILVA, 2012).

Gabriela era uma retirante do sertão que fugiu da seca e chegou a Ilhéus. É contratada para cozinhar para Nacib que devido à sujeira e os cabelos desalinhados não consegue ver a beleza da moça. Após algum tempo percebe a beleza de Gabriela e passa a frequentar sua cama (SOUSA, 2013). Nacib se apaixona por ela e resolve se casar, porém logo depois Gabriela demonstra perder o encanto por Nacib e passa a traí-lo com Tônico Bastos. Gabriela não valorizava a monogamia apesar de amar Nacib, mas o seu espírito era livre e seu corpo também. Não via maldade nenhuma em sua infidelidade, pois acreditava que isso era fruto de um pensamento

machista, na qual se utilizavam a relação sexual como um exercício de poder. Gabriela dormia com Nacib, mas sonhava com outros, era sua necessidade, era a liberdade do seu corpo, era assim que sentia satisfação em viver.

Cabelos longos, olhar inocente e malicioso, a sua fala suave, meio cantada com palavras carinhosas era marcante na personagem: *“Moço bom, seu Nacib / Moço bonito”*. Gabriela é marcante também pela sua não aceitação à escravidão, a sua defesa por liberdade era representada pelo uso do seu corpo, seu direito de andar descalça, dormir com quem quisesse, amando seu Nacib. Mesmo com todas as tentativas de fazer com que Gabriela obedecesse a seu marido, ela não renuncia à sua alegria e sua busca pelo prazer.

Essa personagem demonstrava uma inocência ao gostar de andar com os pés descalços, brincando com as crianças na rua, ao mesmo tempo em que à noite a inocência se perdia em seus braços ardentes e corpo insaciável. Nota-se que o adultério é tratado nessa obra, mas desta vez quebrando tabus, quando Nacib perdoa a traição de Gabriela, enquanto a sociedade pedia vingança. Em geral, a mulata na literatura brasileira é caracterizada como subalterna, de corpo desejável, fogaosa, sensual e submissa aos homens. A obra Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado se passa na cidade de Ilhéus, interior da Bahia, em meio a uma série de mudanças políticas e econômicas.

MALVINA DE GABRIELA, CRAVO E CANELA

Malvina pertencia a alta sociedade de Ilhéus e tinha hábito pela leitura considerada imprópria para as mulheres como Eça de Queiroz e Aluizio de Azevedo.

Malvina tinha anseios diferentes do que seu pai esperava para ela, queria trabalhar e se casar com quem desejasse por amor e não ser tratada como uma mercadoria, uma negociação entre o pai e um homem.

Foi uma das poucas mulheres capazes de prestar homenagens a uma mulher morta por adultério. Uma moça solteira não poderia se aproximar de uma mulher adúltera, porém, Malvina não se preocupou com isso, demonstrando mais uma vez que estava além de sua época. Para Malvina a sua liberdade poderia estar nos braços de um homem que ela amasse de verdade e que não fosse de sua cidade. Apaixonou-se por um engenheiro das docas, casado, mas resolveu se aventurar nesse grande amor (SOUSA, 2013).

Quando seu pai descobre que ela estava vivendo um romance com um homem casado, Malvina o enfrenta e diz que não é escrava e vai fazer tudo que desejar e passa a ir à luta sozinha, sem apoio, demonstrando mais vez coragem em suas atitudes. Malvina é mandada para um colégio interno e foge. Contrariando a todos que pensavam que ela havia fugido para viver com seu amado Rômulo Vieira, resolve morar sozinha em São Paulo, estudando a noite e trabalhando durante o dia. Consegue ser independente, ter autonomia sobre sua vida sem um marido.

GLÓRIA DE GABRIELA, CRAVO E CANELA

Glória, é tratada como prostituta, mas em moldes diferentes do que se conhece em tempos de redes sociais. Negociava seu corpo para apenas um homem, Coronel Coriolano, que lhe dava casa e contas em armazéns e lojas (SOUSA, 2013).

Essa prática de manter outra mulher em busca de prazeres sexuais, mesmo tendo esposa era um hábito comum dos homens no Nordeste. Glória via nesse tipo de negócio uma saída para melhorar sua situação financeira. Tinha um namorado, o professor Josué, mas não pretendia deixar o amor do seu Coronel. Para ela a relação com o Coronel representava conforto e liberdade, enquanto com Josué seria amor e escravidão. “Bastava olhar ali mesmo na praça: aquele luxo de Glória vestindo

melhor do que qualquer senhora – será que o coronel Coriolano gastava tanto com a esposa?” (AMADO, 2012, p. 93). As amantes eram mais bem tratadas que as esposas e o caso de Gloria geravam revolta nos moralistas.

DORA DE CAPITÃES DA AREIA

O romance *Capitães da Areia*, publicado em 1937, teve a primeira edição apreendida e exemplares queimados em praça pública de Salvador por autoridades da ditadura. Uma nova edição é lançada em 1944 e, entra para a história da literatura brasileira, assim como outros livros do autor, traduzidos para outros idiomas e adaptados para rádio, teatro e cinema. *Capitães da Areia* é um romance modernista, pertencente à segunda fase do Modernismo no Brasil (1930-1945), também conhecida como Romance de 1930 ou fase Neorrealista, cuja narrativa aparece fortemente vinculada às transformações políticas, sociais e econômicas do período. Dentre os personagens, destaca-se Dora que após perderem os pais, vítimas da varíola, vai fazer parte dos *Capitães da Areia*, virando objeto de desejo dos meninos do local. Após sua morte, o leitor se depara com grandes transformações. Dora partiu o coração de todos os meninos. A vida, no Trapiche, uma espécie de galpão abandonado onde viviam, nunca mais seria a mesma. A vida precisava seguir seu curso, alguns sonhos se concretizaram, outros foram interrompidos.

Jorge Amado nesta obra deixa presente a sexualidade. Várias expressões que podem ser consideradas inadequadas para crianças, como “derrubar negrinhas na areia”; “peitos bons”; “fazer o amor”, porém para os *Capitães da Areia* que já conheciam o amor e as coisas da vida bem antes da idade adulta, tudo era normal e comum para eles.

Capitães da Areia mostra-se uma obra mais politizada em relação a outros livros de Jorge Amado, como *Gabriela Cravo e Canela* em que o autor conduz

sua obra mais para o lado sensualista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que Dora, Gabriela, Malvina, Glória, Dona Flor e Tieta são representações da mulher brasileira, sem tabus, liberta, descomplicada, sensual. Notou-se que assim como a fama decorre da época escrava, as mulatas ainda hoje sentem os reflexos dos desejos sexuais de outrora, consideradas como símbolo sexual, de mulher ardente, fogosa, figura de desejo e fantasias sexuais. Verifica-se, portanto, em meio a essas personagens a imposição contra a vontade masculina da época ao mesmo em que deixavam algumas pessoas revoltadas, ganhava admiração de outros. Em meio a lutas e contra todos conseguiram conquistar o domínio do seu corpo sem deixar se abater pelas críticas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Histórias da Música Popular Brasileira: uma análise da produção sobre o período colonial”, *In*: JANCSÓ, I; KANTOR, I. (Org.) **Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. v. 2, São Paulo: Imprensa Oficial, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2001.

AMADO, J. **Gabriela, cravo e canela**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AMADO, J. **Capitães da Areia**. 57 ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

GOLDSTEIN, I. S. **A construção da identidade nacional nos romances de Jorge Amado.** Salvador, 1985.

SOUSA, N. E. A. de. A reivindicação por emancipação em três personagens femininas da obra Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado. **Revista dEsEnrEdoS** - ISSN 2175-3903 - ano V – n. 16, Teresina - Piauí – jan./ fev./ mar. 2013.

CAPÍTULO 8

A MULTIMODALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PERFIL FEMININO EM CARTAZES DE FILMES INFANTIS DA DISNEY

MULTIMODALITY IN THE
CONSTRUCTION OF THE FEMALE
PROFILE ON POSTERS OF CHILDREN'S
FILMS OF DISNEY

Clair da Silva Teixeira

Maria Nagela da Silva Ferreira Carvalho



1 INTRODUÇÃO

A busca pela mulher por uma posição digna e equiparada ao do homem em âmbito social não é atual: pode-se facilmente encontrar textos que refletem sobre o papel da mulher em sociedade datados desde o século

XVIII⁴, escritos por mulheres vanguardistas em tempos de completo silenciamento da voz feminina em sociedade. É indiscutível, como afirma Moraes (2012), que a condição social da mulher mudou pós-década de 1960, e isso se deve às transformações histórico-sociais que fomentaram discussões sobre o assunto, como “o fato de que a inserção da mulher no mercado de trabalho, historicamente, ganhou legitimidade quando a situação econômica das famílias não permite ao homem sustentar sozinho a casa” (MORAES, 2012, p. 259).

Hoje ainda há, em contextos sociais e em discursos, a insistência de silenciar e de diminuir a mulher. Entretanto, não se pode negar que a voz feminina em prol de legitimar sua importância social, individual e humana reverbera com uma força maior quando se compara a décadas ou séculos atrás, e isso só foi possível devido a demandas histórico-sociais que permitiram discussões passíveis de transformar, ao longo do tempo, discursos e atos culturais sobre o lugar social feminino.

Essa crescente discussão referente à posição feminina no corpo social contemporâneo fomenta mudanças tanto discursivas quanto sociais sobre a mulher, embora ainda haja indubitável uma preponderância social em colocar o homem em um patamar superior. Na contemporaneidade, essas discussões de ordem socio discursiva têm gerado uma onda de manifestações textuais que exaltam o poder feminino e destacam a importância das mulheres se virem como seres sociais com voz ativa nas mais variadas esferas sociais. Uma das esferas que tem se destacado em evidenciar o papel feminino é a cinematográfica com todos os recursos dedicados à promoção de seus produtos, o que significa que não é somente nas filmagens que se vê ressoar o discurso de valorização

4 Vide **Reivindicação dos direitos da mulher** (século XVIII - Wollstonecraft, Mary); **Direitos das mulheres e injustiça dos homens** (século XIX – Augusta, Nísia Floresta Brasileira).

feminina, mas em trilha sonora, fotografia, maquiagem, em cartazes de divulgação e outros.

Neste contexto, torna-se relevante analisar a construção da figura feminina, e dentre tantos gêneros textuais, este livro volta-se para o gênero cartaz de divulgação de filmes. Portanto, será realizada uma análise da construção da figura feminina em cartazes de filmes infantis do estúdio Disney, por meio de uma abordagem multimodal. É preciso destacar que é diante das manifestações textuais, sejam estas imagéticas, simbióticas, escritas ou orais que se materializam os discursos e ideais. Por conseguinte, neste livro, busca-se analisar e visualizar, por meio da multimodalidade, da disposição gráfica e do design, os símbolos que vão ao encontro do discurso de empoderamento feminino. A análise será realizada em duas categorias tomadas a partir da cronologia de produção. As categorias são: filmes infantis baseados em contos de fada clássicos ocidentais, e filmes infantis modernos, ou seja, produzidos nos últimos anos, feitos pelo estúdio Disney. Serão expostos três cartazes em cada categoria, com o intuito de analisar as mudanças e relacionar ao discurso cada vez mais difundido de valorização feminina.

2 MULTIMODALIDADE: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BÁSICOS

Nos estudos sobre linguagem no nicho dedicado à linguística, encontra-se em diversos vieses um acentuado estudo da linguagem voltado à modalidade escrita e à modalidade oral. Segundo Kress, Garcia e Van Leeuwen (2001), essa ideia é arraigada em sociedades ocidentais alfabetizadas, que superestimam à escrita e à oralidade, o que influencia na concepção de língua delimitada a essas modalidades. Embora faça parte do imaginário comum essa delimitação, nas últimas décadas a linguística tem alargado o estudo da língua

para além da escrita e da oralidade, e isto se vê tanto pela concepção de materialidade comunicativa (texto), quanto pela abordagem discursiva/enunciativa (social).

O texto, no âmbito da linguística, precisamente da Linguística textual, segundo Cavalcante (2013, p. 15), “é coerente quando podemos reconstruir sua unidade de sentido ou sua intenção comunicativa. A coerência é o principal fator de textualidade, nome que se dá ao conjunto de características que nos permitem conceber algo como um texto”. Se o texto é considerado uma unidade de sentido pelo qual se pode recuperar sua intenção comunicativa, possibilita interpretar que o texto não é somente um produto construído por linguagem verbal, mas também é e pode ser construído por linguagem não verbal. Neste sentido, Kress, Garcia e Van Leeuwen (2001) são defensores do estudo da linguagem não verbal como âmbito que necessita ser analisado como unidade de sentido, e não mais como apenas um apoio (a linguagem não verbal é tomada apenas como um produto estético ou representacional daquilo que é dito pela modalidade escrita) ao que está escrito. Esses autores concebem o evento comunicativo como multimodal, uma vez que todo texto se apresenta em sua constituição dependente de vários modos semióticos para que se faça coerente.

Os produtores de texto fazem uso cada vez maior e deliberado de uma gama de modos de representação e de comunicação que coexistem dentro de texto dado. Uma consequência desta forma é que se fez impossível interpretar de forma exata os textos prestando a atenção na língua escrita; esta existe como um elemento representativo em um texto que sempre é multimodal e que deve ler-se em conjunção com todos os outros modos semióticos desse texto. (KRESS; GARCIA; VAN LEEUWEN, 2001, p. 374, trad. nossa).

Sabido disso, é preciso destacar dois pontos fundamentais do estudo feito por esses autores: o primeiro é que seus estudos focam na linguagem visual, ou seja, “vão do estudo da psicologia da percepção até o estudo das belas artes, desde o interesse pelos textos publicitários até o desenvolvimento de livros de texto, desde as teorias da fotografia até o interesse pelo desenho, e neste século, o estudo do cinema” (KRESS; GARCIA; VAN LEEWUEN, 2001, p. 374, tradução nossa); e o segundo é que a multimodalidade não é um estudo semiótico convencional (o que significa genericamente conceber os modos semióticos como representações estéticas da língua escrita), mas um estudo semiótico social, visto que se observa como parte constituinte do significado – da textualidade dos modos semióticos – fatores sociais e ideológicos.

Nas palavras de Roland Barthes (2002, p. 41), em seu livro *O prazer do texto*, a ideologia por natureza é dominante, “é precisamente a ideia enquanto ela domina: a ideologia só pode ser dominante” e “o texto tem necessidade de sua sombra: essa sombra é um pouco de ideologia, um pouco de representação, um pouco de sujeito.”. Tal percepção é evidenciado no estudo sobre multimodalidade, pois, segundo Kress; Garcia; Van Leewuen (2001), o estudo da semiótica social pauta-se em estudar as características dos textos multimodais e significá-las à luz da política, das estruturas de poder e das intenções e interesses do produtor do texto multimodal. Para os autores, a semiótica social parte do “suposto de que os interesses de quem produz um signo levam a uma relação motivada entre o significante e o significado e, portanto, a signos motivados” (KRESS; GARCIA; VAN LEEWUEN, 2001, p. 375). A ideologia, nessa perspectiva, é ponto crucial para significar o texto multimodal, uma vez que é ela que orienta e permite associar o significante ao significado. Nesse sentido, não se pode deixar de delimitar os estudos da multimodalidade à área da Análise Crítica do Discurso que, segundo Souza (2020), é

uma área de estudo linguístico que combina os estudos da linguística textual a uma teoria social, revelando os aspectos socioideológicos no processo discursivo.

A partir do exposto, é necessário destacar princípios que devem ser considerados quando se analisa um texto multimodal: a) os produtores e os leitores têm poder sobre o texto. b) Os escritores e os leitores produzem signos complexos que surgem do interesse do produtor do texto. c) o *interesse* descreve uma convergência de múltiplos fatores: histórias sociais, culturais, contextos sociais, inclusive estimativas do produtor dos signos com relação ao contexto comunicativo. d) os produtores do signo elegem significantes (formas) apropriados a expressar significados (sentidos); significantes e significados motivados (KRESS; GARCIA; VAN LEEUWEN, 2001). Esses autores, baseados nas três metafunções desenvolvidas por Halliday (1978; 1985), elaboraram categorias fundamentais de análise de textos multimodais. Observe na tabela a seguir categorias fundamentais da semiótica visual, baseadas nas metafunções de Halliday.

Metafunções	Categorias de análise
Metafunção representacional	<p>Participantes interativos (produtor e leitor)</p> <p>Participantes representados (aparecem na imagem)</p> <p>Representação narrativa (leitura do olhar, dos gestos, do pano de fundo, do cenário para construir uma narrativa)</p> <p>Representação conceitual (ênfase nos participantes e foca em seus atributos e identidade)</p>
Metafunção interativa	Relação do participante da imagem com o leitor (seja por meio do contato visual, do distanciamento ou aproximação social, seja por dimensões do participante sugerindo jogos de poder)

Metafunção composicional	<p>Espaço visual: grau de importância dado à posição esquerda/direita; superior/inferior ou centralizado.</p> <p>1. Valor da informação</p> <p>a) dado – considera-se conhecido/ponto de partida (esquerda) / novo – ponto terminal (direita).</p> <p>b) ideal (plano das ideias) – dimensionada na parte superior/ real (empírico) – dimensionada na parte inferior.</p> <p>c) centro – núcleo; central/ margem – não central; marginalizado</p> <p>2. Saliência</p> <p>primeiro plano ou plano de fundo.</p> <p>3. Estruturação</p> <p>Características de conexão ou desconexão entre as partes da imagem, por meio da cor, espaços vazios ou preenchidos, ausência ou existência de linhas divisórias e outros.</p>
---------------------------------	--

Fonte: SOUZA, 2020

Essas categorias associadas aos princípios regentes da semiótica social ou multimodal permitem analisar os textos visuais de modo a significar as escolhas feitas para a composição do texto e dimensionar os significados existentes nas imagens de tal forma que se pode observar as escolhas do produtor a fim de alcançar às intenções desejadas e evidenciar as ideologias induzidas por um contexto histórico-sociocultural incutidas na elaboração das características visuais e que precisam ser tomadas na análise textual. Em vista disso, é que serão realizados e evidenciados a carga sócio-histórica-ideológica na promoção dos cartazes de divulgação de filmes infantis da Disney, tanto no que tange aos cartazes de contos de fada tradicionais, quanto aos produzidos nos últimos anos, salientando as representações das

figuras femininas presentes e a sua carga representacional nas categorias supracitadas, de maneira a observar a diferença e a mudança no perfil feminino existente entre eles.

2.1 ANÁLISE DO MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE FILMES INFANTIS

O *Walt Disney Studios* é uma empresa multinacional, criada em 16 de outubro de 1923, localizada em San Francisco, na Califórnia. Esta empresa é responsável pelos principais longas-metragens e curtas-metragens da atualidade. Inaugurada por dois irmãos, Roy Oliver Disney e seu irmão mais novo, Walt Disney. Este último sempre gostou de desenhar e, aos 19 anos, após retornar da I Guerra Mundial, abriu a sua primeira empresa, vendendo desenho de personagens que desenhava desde a sua infância. Após várias tentativas fracassadas de abertura de empresas até a tentativa de ser ator de Hollywood, Walt conseguiu emplacar o seu primeiro personagem que foi batizado como Mickey. Este personagem tornou-se símbolo da sua empresa, a *Disney's Brothers Studios*, e logo Mickey ganhou uma parceira, a Minnie, e o seu primeiro filme. Walt Disney começou a trabalhar em “A Branca de Neve”. Com muita dificuldade, conseguiu um financiamento, terminando o filme que foi considerado um grande sucesso, sendo considerado, hoje, um clássico da animação. Depois disso, a Disney só cresceu e é o maior conglomerado de mídia e entretenimento do planeta, conhecido como *Walt Disney Animation Studios*.

Pretendemos fazer uma análise a partir da multimodalidade, vislumbrando as características da representatividade feminina em cartazes de filmes infantis da Disney. A maior parte dos longas-metragens são inspirados em contos de fadas ou histórias antigas. Muitas destas histórias escritas para um público mais

adulto, pelo seu próprio contexto de violência e abusos cometidos em relação às personagens femininas, o que não será abordado neste capítulo. Como diz Carvalho (2014), é necessário investigar as mudanças nas formas de representação da figura feminina paralelas a um percurso histórico. Faremos, portanto, a análise de 3 personagens mais antigas, A Branca de Neve, a Bela Adormecida e Cinderela (figura 01); contrapondo-os a personagens mais atuais, como Merida, Raya e Mulan (figura 1).

Figura 1- Cartazes de filmes da Disney: A Branca de Neve, A Bela Adormecida e A Cinderela



Fonte: Dados da internet

Como vimos, Kress; Garcia e Van Leewen (2001), baseados nas três metafunções desenvolvidas por Halliday (1978; 1985), elaboraram categorias fundamentais de análise de textos multimodais. Levando em consideração essas metafunções, faremos a análise de cartazes, comparando os clássicos com cartazes de filmes contemporâneos, com foco em aspectos relacionados à figura feminina. Começaremos pela metafunção representacional. Consideramos o público-alvo, sobretudo crianças e jovens. Em relação aos personagens representados, trata-se de três

personagens femininas: A Branca de Neve (1937), A Cinderela (1950) e A Bela Adormecida (1959). As três personagens têm em comum o fato de serem belas e isso causar ciúmes em outros personagens a ponto de causar-lhes mal ao longo do enredo. Temos personagens jovens que estão envolvidas com uma história de amor. Fato este que, dos três cartazes apresentados, dois deles têm a presença do “príncipe encantado” já no próprio cartaz, o que nos ajuda a compreender a narrativa.

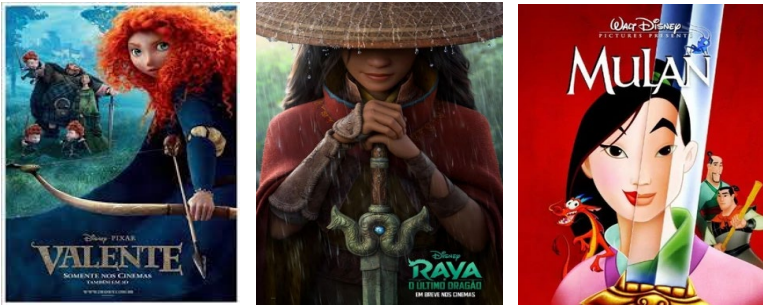
Em função da metafunção composicional, podemos analisar a disposição de palavras e elementos dispostos nos cartazes e como eles dialogam entre si. Em relação à disposição dos nomes das obras, eles aparecem em destaque, mas não a ponto de prejudicar a compreensão das demais informações, dois dos títulos apresentam-se na parte superior e um deles com o nome ao centro. Outro aspecto pertinente é o fato de todos eles apresentarem como cor principal, o azul. Em todos os cartazes aparecem demais elementos que auxiliam na construção da narrativa. Em A Branca de Neve, percebemos a presença dos 7 anões, do cavalo, do príncipe, da bruxa, da maçã. No cartaz de Cinderela, os desenhos estão postos para dar a representação de magia, como os animais, encontramos também elementos como a carruagem, o castelo, o sapato de cristal. Em relação à Bela Adormecida, vemos o dragão, a bruxa, o príncipe. Os três cartazes retratam o ápice de cada história: o encontro de Branca de Neve e os 7 anões, o baile em que Cinderela dança com o príncipe e o beijo dado pelo príncipe na Bela Adormecida.

Um ponto importante a ser analisado diz respeito à postura corporal das personagens femininas. Conseguimos perceber que possuem gestos graciosos e leves (observamos isto ao analisar as mãos), a forma como os cabelos estão arrumados, com laços de fita ou trança, todas são de pele branca e cabelo loiro, com exceção de Branca de Neve que possui os cabelos negros. Em relação à roupa, as três personagens

apresentam vestido longo azul, com a cintura bem-marcada.

Em relação à metafunção interativa, existe um jogo de fantasias, na tentativa de fazer com que a criança ou jovem que contemplem um dos filmes infantis socializados acima, sejam levadas para uma representação feminina mais romantizada, à espera do príncipe, mesmo que isso possa lhe trazer alguns problemas no percurso, mas que no final, tudo será recompensado com um final feliz.

Figura 2 – Cartazes de filmes da Disney: Merida, Raya e Mulan



Fonte: Dados da internet

Em relação à análise da figura feminina presente em cartazes de filmes infantis da Disney, que constam na figura 02, Merida (2012), Raya (2021) e Mulan (1998), existem alguns pontos de análise bem significativos. Seguiremos a análise à luz das metafunções usadas para a multimodalidade, conforme Kress; Garcia e Van Leeuwen (2001).

Essas personagens femininas trazem uma representação mais contemporânea, como analisaremos

logo em seguida. Em relação à metafunção representacional, podemos identificar que, apesar de o público-alvo ser o mesmo dos filmes da figura 01, crianças e jovens, o padrão de representação da figura feminina mudou. Primeiramente, o tamanho utilizado para a apresentação do personagem principal aumentou, fazendo com que ele não dispute lugar com muitos elementos, ou que estes estejam em um plano menor. Assim, as cores usadas nos cartazes sofreram uma modificação. Na figura 01, tínhamos a cor azul predominante, na figura 02, temos como plano de fundo tons que variam entre o azul, o verde e o vermelho. Em relação à forma como os nomes dos filmes aparecem nos cartazes, temos nomes mais na parte inferior, com exceção de Mulan que ficou na parte superior do cartaz e com proporções acentuadas. Observe que são mais discretas as proporções em Raya, por exemplo, em que o nome é bem pequeno em relação à proporção do cartaz. No primeiro cartaz temos, em vez do nome da personagem, que é a Merida, o nome do filme, Valente, que, além de ser o nome do filme, ser também uma das principais características da personagem central. Na figura 01, o cenário apresentado é o de magia e encantamento, na figura 02, temos a presença de cenários externos, como o de florestas em Merida e Raya, ou a escolha monocromática, no caso de Mulan. As narrativas destes filmes são em contextos diferentes daqueles abordados na figura 01. Estas três personagens femininas são mulheres fortes, determinadas que não se deixam levar por situações externas. Percebe-se que nos cartazes não existe menção a paixões, com a presença de um par romântico. Em Valente, temos a presença da família de Merida em um segundo plano e ela, em primeiro plano como que estivesse protegendo-os. No segundo cartaz, percebemos Raya tomando conta de todo o cartaz, sem representação de outros elementos que constituem o enredo. Por fim, Mulan aparece com dragões e com guerreiros.

Estas três versões femininas se distanciam das

marcas femininas da figura 01 pela própria forma como estão apresentadas nos cartazes, ou seja, enquanto na figura 01 as personagens estão representando o ápice da narrativa, na figura 02, as personagens apresentam mais o contexto da personalidade das personagens femininas que protagonizam as narrativas. Um fator significativo é o fato de todas elas trazerem alguma arma na mão, seja a flecha (Merida), seja a espada (Raya e Mulan). As roupas vestidas por elas são de proteção, portanto, não marcam tanto o corpo como as personagens da figura 01. Enquanto na figura 01 os vestidos são azuis, existe agora na figura 02, uma variedade de cores que vão desde o azul marinho, o marrom e o cor-de-rosa.

Em relação à postura corporal, conseguimos perceber uma postura de ataque e não mais a sutileza nos gestos percebida na figura 01. As personagens estão em uma postura de defesa, ora empunhando a flecha, como no caso de Merida, ora a espada, como no caso de Mulan, ora em posição de concentração, como no caso de Raya. Percebemos que as três personagens abandonaram os adereços de cabelo e os mantêm soltos, variando em relação à cor (ruivo e castanho ou negro) e em relação à estrutura (lisos ou cacheados).

Um aspecto bem significativo diz respeito à preocupação existente nos estúdios Disney em contemplar a diversidade de raças, pois vemos, na figura 02, a personagem Mulan que é oriunda de uma lenda chinesa; a princesa escocesa chamada Merida e Raya, baseada em contos e lendas da Ásia. Elementos marcantes de suas respectivas culturas são trazidos em cenas dos filmes, marcando a cultura da personagem principal. Preocupação com a diversidade étnica tem sido presente nos desenhos infantis da Disney, o que pode ser considerado um fator positivo por se tratar do público-alvo e da ruptura em relação às representações femininas neste cenário infantil.

A análise das figuras femininas dos cartazes já enfatiza as marcas psicológicas, sociais e ideológicas

dessas personagens, o que pode ser observado no enredo das histórias. A personagem Merida, do filme Valente é uma princesa que está no centro da disputa de pretendentes à sua mão, o que é terminantemente contra, pois não vai ao encontro de seus anseios, acaba causando um problema para o reino e para a família. Em Raya, conta a história de uma guerreira, e sua jornada na terra encantada de Kumandra em busca do último dragão para salvar seu lar de uma força obscura que ameaça destruir seu reino. Por fim, Mulan assume o lugar do seu pai, um homem doente e debilitado e vai lutar na guerra disfarçada de homem. Percebe-se, a partir destes breves resumos, que esses personagens se distanciam dos personagens da figura 01 pela postura que assumem diante dos fatos que se apresentam na sua sociedade, diferente da figura 01, em que as histórias contadas são centradas em problemas particulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos levar em consideração nas análises, as características das metafunções representacional, interativa e composicional à luz da multimodalidade. Nos propomos, neste capítulo, a analisar as representações femininas de cartazes infantis da Disney, a partir de 6 personagens divididos em duas categorias: as personagens clássicas da Disney, como a Branca de Neve, a Cinderela e a Bela Adormecida; e personagens mais contemporâneos, como a Merida, a Raya e a Mulan. Procuramos fazer uma análise levando em consideração não o enredo das histórias, mas, sobretudo, aspectos visuais presentes nos cartazes, desde a escolha de cores, disposição da escrita, cenário primário e secundário, postura corporal das personagens, roupas e elementos que contribuem para a formação da identidade. Diante da escolha das personagens, as que representam a figura 01 foram escolhidas entre tantas outras que representam

o mesmo cenário ideológico: das princesas bem-sucedidas e que, por inveja, são maltratadas e ignoradas até serem resgatadas por seus príncipes. Estas personagens têm em comum a delicadeza, a pureza e o sonho de se tornarem mulheres amadas por seus companheiros e viverem uma história feliz. Contrapondo-se a estas características, temos na figura 02, a representação de personagens que gostam da liberdade, possui habilidades corporais e atléticas e são aventureiras. Enquanto as personagens da figura 01 estão envolvidas com um cenário subjetivo, as personagens da figura 02 estão envolvidas com questões mais amplas, como salvar um reino, por exemplo.

Assim como o cenário social e cultural mudou, com a independência financeira cada vez maior da mulher e tantos direitos adquiridos na sociedade com o passar dos anos, o mundo cinematográfico também mudou de modo a se adaptar aos ideais que se sobrepõem na atualidade, ou seja, tornou-se improdutivo a construção de personagens femininos retratados com a dependência presentes nos primeiros personagens. Leva-se em consideração, como já citado, o fato de muitos dos primeiros filmes da Disney basearem-se em contos bem antigos em que as personagens passavam por um cenário de violência e abuso. Para amenizar esta situação, as personagens femininas são dóceis, frágeis e suscetíveis a vários desafios. No entanto, precisam retratar o perfil da mulher contemporânea: aquela que luta por seus direitos e contra os preconceitos, o machismo, a intolerância e a violência.

Os filmes deram maior visibilidade a histórias clássicas, como as expostas na figura 01, mas também abriram as portas para novas histórias e, assim, legitimando novos valores sociais e representativo do papel da mulher na sociedade contemporânea. Até conseguir a sua identidade, a mulher sempre se viu espelhada no homem, isso fica bem evidente com os filmes clássicos, uma vez que o papel social da mulher

estava sempre vinculado à beleza e às habilidades domésticas, como na personagem da Branca de Neve, ao organizar a casa dos 7 anões ou da Cinderela, ao assumir sozinha todos os trabalhos domésticos. Em contrapartida, a figura do homem era de príncipe corajoso que sempre vem salvar a sua amada, devido ao imaginário social da época, de mulher frágil e homem valente.

A Revolução Industrial foi a responsável pelo início da mudança da vida em sociedade e onde, de fato, os papéis sociais começaram a mudar. As mulheres foram para o mercado de trabalho enquanto homens serviam à pátria na 1ª Guerra Mundial. Mesmo que não nos demos conta, a família tem papel, mesmo que de forma inconsciente, na difusão dos valores sociais que irão reproduzir às novas gerações. Esses papéis sociais da mulher ficam bem-marcados a partir da mudança temporal entre as primeiras e segundas personagens que são socializadas nos cartazes da Disney, através de vários elementos aqui já elencados. Procuramos trazer, a partir deste livro, uma breve análise das representações femininas, partindo de observações de cartazes de filmes infantis da Disney. Nosso desígnio não foi apresentar as narrativas traçando um paralelo entre elas, no entanto, nosso objetivo foi fazer uma abordagem multimodal a partir da interpretação de cartazes infantis, analisando as representações femininas e elementos da semiótica visual baseados nas metafunções.

Assim, compreendemos a necessidade de estudos posteriores, uma vez que não se esgotam as possibilidades de análise à luz da multimodalidade, reflexões que permeiam o papel da mulher na sociedade devem ser cada vez mais recorrentes, de modo a reverberar e fazer ecoar falas femininas muitas vezes silenciadas.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CARVALHO, A. E. A. **Personagens femininas em animações dos Estúdios Disney**: transformações de perfis em mulheres complexas (TCC – Bacharel em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Rio Grande do Sul, 2014.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, É. de. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. *In.*: TASSO, I.; NAVARRO, P., (Org.) **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012.

KRESS, G.; GARCÍA, R. L.; VAN LEEWUEN, T. Semiótica discursiva. *In.*: VAN DIJK, T. A (org.). **El discurso como estructura y proceso**: estudios sobre el I una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Editora Gedisa, 2001.

SOUZA, L. L. **Multimodalidade e contexto na leitura de textos charge**. (Dissertação. Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica, Programa de Estudo Pós-Graduado em Língua Portuguesa. São Paulo, 2020.

CAPÍTULO 9

O DISCURSO DA MARCA AVON NA APROPRIAÇÃO DO TERMO EMPODERAMENTO FEMININO: EMANCIPAÇÃO OU MARKETING?

THE DISCOURSE OF THE AVON BRAND
IN THE APPROPRIATION OF THE TERM
EMPOWERMENT FEMALE:
EMANCIPATION OR MARKETING?

Camila de Miranda Gama



1 INTRODUÇÃO

Na análise do discurso é possível observar os desdobramentos de percepções que são passíveis através da língua. A linguagem é um instrumento de maior persuasão, sendo assim, é necessária uma atenção aos discursos que introduzimos e reproduzimos. Podemos perceber que todo indivíduo carrega em seu discurso uma ideologia formada pelo seu capital cultural,

ou seja, ideias ouviu de pessoas que considera importantes, como: professores, líderes religiosos, pais. E aquilo que ele adquiriu como conhecimento através de livros, filmes, experiências de vida. Sendo assim, todo discurso comunica algo, com alguma intencionalidade, quem nem sempre está explícita.

Pensamos com esta análise observar recursos linguísticos da multimodalidade em propagandas publicitárias que utilizam o termo “empoderamento” para refletir se existe um viés ideológico para a apropriação desse termo, que é originário do movimento feminista, mas que tem sido utilizado por marcas como estratégia de marketing.

Neste livro falaremos brevemente sobre o movimento feminista e o surgimento do termo empoderamento, esta pesquisa quanto ao termo estará embasada nos estudos da autora Berth, em seu livro denominado Empoderamento, no qual a autora faz uma relação entre opressões estruturais e o termo empregado. Em seguida, faremos uma reflexão sobre o discurso midiático, guiado pelos pressupostos da análise crítica do discurso e baseando nossas análises na teoria de Fairclough, em seguida, analisaremos os aspectos multimodais das propagandas publicitárias que utilizam o termo empoderamento.

A relevância dessa análise discursiva parte da perspectiva de trazer uma reflexão ao público da marca para repensar a intencionalidade dos discursos, a ter um olhar mais crítico sobre estes termos utilizados pela mídia e a saber o poder do discurso como mecanismo para reforçar ou modificar bandeiras sociais levantadas ao longo de séculos.

2 BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO E O SURGIMENTO DO TERMO EMPODERAMENTO

Neste capítulo daremos um panorama geral sobre a história do feminismo e o surgimento do termo empoderamento. O feminismo é um movimento social e político que surgiu na Europa no início do século XIX comandado por mulheres em busca do direito ao voto, essa primeira onda na Europa foi chamada de *suffragetes*.

A segunda onda do movimento foi marcada pela publicação do livro *O segundo sexo* da autora Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. O livro traz várias reflexões sobre o papel da mulher na sociedade. O movimento feminista foi crescendo e ganhando cenário em meio aos acontecimentos históricos e políticos daquele período. Em 1963 Betty Friedan lança o que seria tido como uma “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Nesse momento o movimento vem com toda força na Europa e Estados Unidos. Dentre todas as vertentes feministas que existem para dar o recorte necessário ao movimento, o feminismo liberal, nos últimos tempos, tem sido bastante discutido pela mídia em geral. Segundo as autoras D’Atri e Assunção (2017, p. 23)

(...) O movimento feminista que surgiu trazendo uma série de elementos que foram grandes aportes para a luta das mulheres e que tinha uma radicalidade enorme foram da insubordinação a institucionalização, ou seja, várias demandas passaram a ser parte da agenda neoliberal.

Conforme as autoras, a incorporação de termos e pautas feministas ao discurso da mídia têm retirado do movimento feminista toda sua radicalidade e tratado de mercantilizar as reivindicações das mulheres. Apesar da mídia, em geral propagandas, dar visibilidade ao movimento, é questionável até que ponto podemos construir uma sociedade com equidade de gênero

pensando em discursos que não contemplam todas as mulheres quando pensamos em um movimento policlassista.

2.1 O DISCURSO MIDIÁTICO

Se pararmos para pensar, todo nosso imaginário infantil foi construído através da mídia. São desenhos, super-heróis, fábulas, histórias de princesas e tudo aquilo que era considerado importante para estimular nossa criatividade e imaginação, nos era vendido pela mídia. Quantas vezes as músicas das propagandas publicitárias não ficaram por dias a fio na nossa memória e sem perceber estávamos nós ali, cantarolando uma música cuja única intenção era vender um produto. Thompson (1998) pontua que: “(...) o papel de construção identitária advém do fato de nossos significados passarem a ser construídos pelos discursos midiáticos, embora existam outros, tais como a escola, família, religião, etc.”.

O discurso da mídia em geral sempre buscou narrativas com função apelativa, de modo a persuadir e convencer o seu interlocutor, mas sendo feito de forma em que isso não seja percebido, muitas são as estratégias utilizadas que englobam o fazer dessas propagandas, são elas: texto, imagem, cor, fonte e o discurso, são esses os aspectos da multimodalidade. Este é um movimento constante visto nos discursos midiáticos, o pensar que causas abraçar para criar uma identificação com o público/interlocutor. Enquanto talvez fosse interessante pensar que o movimento deveria ser ao contrário, deveriam pensar que causas/ ideologias, eu, enquanto empresa, quero abraçar e chamar o meu público a abraçá-las junto comigo. E dessa forma, fazer da propaganda um discurso real e não somente mais uma manobra do capital.

Koonz (2004, p. 13) nos faz refletir a respeito disso

quando nos diz: “A melhor propaganda é aquela que, por assim dizer, funciona de forma invisível, penetra toda vida pública, sem que o público tenha ciência da sua iniciativa propagandista”. Desse modo, sabemos que os discursos sempre carregam uma intencionalidade, e que uma propaganda bem-feita, conforme bem colocado pela autora é aquela que não deixa transparecer isso.

3 METODOLOGIA

De acordo com a análise crítica do discurso existe uma relação entre o que se diz e as condições de produção desse discurso. Segundo Fairclough,

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeito. Mas os textos causam mudanças em nosso conhecimento. (podemos aprender com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeito de longa duração, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais, contribui para moldar as identidades das pessoas, como “consumidores”. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, trad. MAGALHÃES, 2004, p. 144).

O autor desenvolve uma análise discursiva que explica os discursos em três dimensões, o que ele vai chamar de Modelo tridimensional, sendo assim, os discursos são interpretados dentro de três concepções:

textual, práticas discursivas e práticas sociais. O modelo tridimensional de Fairclough, é composto pelo texto propriamente dito, pelas práticas discursivas que são: produção, distribuição e consumo de textos e pelas práticas sociais, ou seja, do que as pessoas fazem e em que situação.

Um outro elemento desta análise consiste nos aspectos da multimodalidade, que tem por foco analisar o texto dando uma maior ênfase à relação entre imagem e texto. A partir da análise multimodal iremos observar nas propagandas publicitárias escolhas como: itens lexicais, interdiscursos, gêneros textuais, cores, fotos, desenhos, gráficos e outros. Podemos, portanto, entender a multimodalidade como uma construção do dizer discursivo e que se faz presente dentro do gênero anúncio publicitário. Conforme Volli (2007, p. 215):

A multimodalidade é uma das maiores revoluções que o mundo da comunicação conheceu. A importância dessa transformação é tal que ninguém pode hoje prever todas as possibilidades e modificações a que poderá conduzir o entrelaçamento entre várias mídias e a fusão entre diferentes formas de comunicação com a perspectiva, portanto, de uma redefinição de todo sistema da mídia para que recomponha em um quadro mais compacto aquela que até aqui tinha sido uma problemática de progressivas diversificações e especializações.

De acordo com o trecho acima a multimodalidade é justamente as inúmeras possibilidades que podemos tecer entre o encontro de várias mídias e os anúncios publicitários costumam ser uma junção desses aspectos apresentados. Neste livro será analisado os aspectos

multimodais de uma propaganda publicitária da marca Avon, com enfoque no uso do termo empoderamento. A metodologia de análise é exploratória/qualitativa apresentada por meio da análise interpretativa das propagandas.

4 ANÁLISE DE DADOS

Analisaremos a seguir anúncios publicitários da marca Avon, a marca em questão foi escolhida por trabalhar com o termo empoderamento na maior parte de suas propagandas. Avaliaremos as condições de produção desse discurso e os aspectos multimodais das propagandas no intuito de interpelar com esta análise aquilo que está por traz do discurso.

Figura 2 - Anúncio publicitário Avon



Fonte: <https://www.inteligencia.com.br/campanha-da-avon-inspira-reflexao-sobre-o-empoderamento-feminino/>

A imagem apresenta a linguagem verbal e não verbal. Na linguagem verbal a marca usa o verbo "empoderar-se". O léxico escolhido expõe uma ideia

(provavelmente da própria marca) do que é o termo empoderamento e em seguida traz definições de termos associados que são: feminismo, empoderamento, sexo, gênero. cisgênero e transgênero.

Analisando a primeira marca discursiva da propaganda, a palavra empoderamento está escrita em destaque como o título, o que é uma característica do próprio gênero anúncio publicitário, na palavra o verbo encontra-se no imperativo, o que dá a ideia de ordem, o que também é uma estratégia de marketing utilizada pelas marcas para passar ao interlocutor a ideia de “faça isso” pois o cérebro inconscientemente faz essa associação.

A primeira definição apresentada do que é “empoderar-se” fala do empoderamento individual da mulher, em especial, através do poder econômico. Aqui identificamos a primeira crítica a qual podemos fazer, pois como vimos, a perspectiva do empoderamento não passa apenas por esse viés individualista e capitalista. Conforme o modelo de análise, podemos encontrar as práticas sociais do discurso e as suas condições de produção.

Quando a marca iniciou no mercado a mulher ainda não tinha autonomia financeira, a sociedade machista estruturava-se com o modelo familiar em que a mulher era a responsável pela casa e o homem, o provedor do lar. Com isso, desde o princípio, a marca usa o empoderamento feminino como marketing na venda dos seus produtos e como uma contribuição social. O que poderia ser visto como algo positivo, porém, a propaganda em questão foi alvo de muitas críticas na época, como coloca Assunção e D’Atri (2017, p. 36)

(...) enquanto aparecem na televisão com suas propagandas mostrando a imagem de mulheres empoderadas e emancipadas, nas fábricas e locais de trabalho são parte da agenda de ataques às mulheres trabalhadoras.

Seja nas fábricas que produzem diretamente os produtos, sofrendo com trabalho precário e os salários mais baixos, seja no tipo de trabalho “informal” que a Avon vem incentivando onde vendedoras, em geral, mulheres, podem vender os produtos de forma ‘autônoma”, uma faceta brutal de retirada de direitos chamado por Marx de “salário por peça” já que é uma jornada de trabalho sem limites, sem direitos e com enorme rotatividade.

Seguindo com o modelo de análise de Fairclough, pensando nas práticas discursivas da propaganda, apropriar-se do termo empoderamento para a marca seria conveniente, já que para seu modelo de negócio era necessário utilizar-se de um tipo de propaganda que desse a mulher a sensação de poder econômico com a venda de seus produtos.

Mas na verdade o trabalho oferecido para essas mulheres as exclui de qualquer direito trabalhista. O que reforça o conceito de hegemonia e as condições de produção desse discurso, já que a ideologia que é defendida pela marca é capitalista, visando mais a lucratividade da empresa do que o alcance social do seu discurso.

Ainda sobre o texto, a propaganda traz a definição de vários termos que fazem relação com o empoderamento e que causa no interlocutor a ideia de que a marca abraça todas que se identificam como mulher e que têm uma preocupação com as questões de identidade de gênero.

Sobre os aspectos multimodais da propaganda, a marca associa o texto a imagem de uma mulher, branca, dentro dos padrões estéticos eurocêntricos. O que não inclui a pluralidade das mulheres. A foto é tirada de um ângulo conhecido na fotografia como contra-plongée

em que a câmera focaliza a pessoa ou o objeto de baixo para cima, esse tipo de foto é utilizado para trazer a sensação de poder, o que conversa com o discurso da marca.

Outro aspecto a ser analisado são as cores, as cores são um recurso importante dentro da propaganda pois elas têm o poder de despertar emoções nas pessoas. No anúncio em questão é utilizado um misto de cores: tons de azul, lilás, amarelo e rosa. O azul transmite a ideia de seriedade e credibilidade. É usado em anúncios para demonstrar confiança. O amarelo é sol, espontaneidade, alegria, riqueza. O lilás também está associado a poder, independência, dentre outros. E o rosa a compaixão, amor. Desse modo podemos perceber que as cores conversam perfeitamente com o discurso empregado na propaganda, reforçando inconscientemente ao interlocutor a ideia transmitida.

Figura 3 - Anúncio publicitário Avon



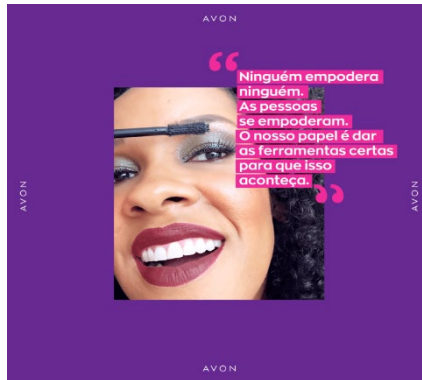
Fonte: <https://averdade.org.br/2020/07/o-feminismo-liberal-e-o-escandalo-da-avon>

Na propaganda apresentada a linguagem verbal é feita apenas através de uma frase de impacto. " Conte

com você mesma” que reforça a ideia do empoderamento individual, aliado ao texto, ela traz a imagem de uma mulher negra, utilizando o mesmo ângulo da fotografia contra-plongée que passa a mensagem visual de imponência, poder.

A escolha da mulher negra nessa propaganda passa a mensagem de uma preocupação da marca com a pluralidade das mulheres e com questões sociais como o racismo. A escolha da cor rosa, faz contraste, ainda que inconscientemente, com a mensagem da propaganda. Pois como a cor rosa transmite amor, emotividade. Podemos entender que a marca quis aliar uma mensagem de força com a delicadeza que geralmente é associada à mulher. Ao lado esquerdo da imagem está a logomarca da empresa que é uma característica presente no gênero anúncio publicitário.

Figura 4 – Anúncio Publicitário Avon



Fonte: <https://propmark.com.br/anunciantes/campanha-da-avon-mostra-o-que-marca-significa-para-cada-pessoa/>

Nos anúncios apresentados até o momento é possível perceber um padrão quanto a sua estética, as cores do anúncio acima são cores predominantes nos

anúncios anteriores também, o lilás e o rosa são cores que conversam entre si, porém causam sensações diferentes no interlocutor, o lilás que transmite a sensação de sucesso e o rosa que pode estar atrelado a sensibilidade e delicadeza da mulher.

No anúncio em questão está uma mulher negra, maquiada, segurando um produto da marca, a foto está centralizada, o que torna em evidência o produto e a própria maquiagem da modelo. Além da imagem o texto reforça a ideia de que a mulher deve empoderar-se sozinha e que a marca a ajuda ter esse poder através da venda e consumo de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste livro buscamos analisar o impacto social do discurso da mídia na apropriação do termo empoderamento feminino. Ao longo da análise foram examinados aspectos multimodais, sociais e discursivos da propaganda publicitária da marca Avon, que têm como nicho de mercado o público feminino, partindo dessa premissa observamos que em 100% das propagandas analisadas foram utilizadas a palavra empoderamento, senão de forma direta, de maneira indireta.

E constatamos a partir daí que o termo empoderamento é utilizado da mesma forma, como algo que depende apenas da mulher, associando a capacidades individuais, como o autoconhecimento, autoestima e o empreendedorismo.

O que também corresponde ao significado do termo, mas o que pudemos perceber é que da forma com a mídia apropria-se dessa ideia, tira dela toda resistência e mobilização coletiva, fazendo com que as mulheres de forma geral não questionem as bases das relações de poder. Apenas reverberam ideias que mantêm suas

estruturas de poder. O discurso do modo como é empregado não reitera às mulheres sua luta como um movimento social, portanto, coletivo.

O livro em questão contribui para o pensar dos discursos dentro do movimento social feminista, integra uma gama de discussões acerca de gênero, luta de classes, hegemonia, influência midiática, entre outros. A partir desta obra é possível pensar o quanto a linguística também está presente e tem a contribuir em análises da sociedade.

Com o estudo deste livro é viável a análise discursiva de outros estudos que englobem discussões de gênero, apresentados em seus recortes, como feminismo negro, liberal e radical. A importância dessas análises se dá pela necessidade do pensar a sociedade, refletir e propor mudanças, afinal ela está em constante evolução e faz-se indispensável a inclusão das mulheres, assim como tantos outros grupos oprimidos.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, M. C. S. Multimodalidade e tradição discursiva: um estudo sobre o gênero anúncio publicitário. //: RODRIGUES, M. C. S. **Multimodalidade e tradição discursiva**: um estudo sobre o gênero anúncio publicitário. Dissertação (Mestre Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia política**, Curitiba, v. 18, ed. 36, p. 15-23, jun. 2010.

BERTH, J. **Empoderamento**: feminismos plurais. 3. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020. 176 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

D'ATRI, A.; ASSUNÇÃO, D. **Feminismo e marxismo**. São Paulo - SP: Edições Iskra, 2017. 128 p. ISBN 978-85-61474-42-3.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. rev. Brasília - DF: Universidade de Brasília, 2001. 316 p. ISBN 85-230-0614--1.

MOUTINHO, A. V. A (con)tra(d)ição das imagens. **Revista da UFP**, [s. /], v. 4, p. 143-147, dez 1999.

PEREIRA, I. O discurso midiático e a produção de identidade social. **Projeto Unisinos**, [s. /], 2008.

SILVA, D. E.G. da. Estudos críticos do discurso no contexto brasileiro: (por uma rede de transdisciplinaridade). **EUTOMIA**: Revista de Literatura e Linguística, Brasília - DF, p. 224-243, 2012.

SILVA, E. R. da; GONÇALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, ed. 1, p. 1-20, 2017.

SOBRE OS AUTORES

Alana de Andrade da Conceição

Mestranda pelo Programa de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), na área de Sociolinguística. Especialista em Ciências Criminais pela Faculdade CERS, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus, Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Bacharela em Direito pela Faculdade Pitágoras de Londrina, Advogada e Professora de Língua Portuguesa.

Aline Ferreira

Jornalista MTB nº. 0091284/SP. Editora chefe da Editora Aluz e da RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar o Saber. CEO da FV7 Agência de Comunicação. Membro do Conselho Editorial da RCMOS e do selo editorial Aluz Científica. Graduação em Jornalismo e Comércio Exterior. Especialista em Orientação educacional EAD e Comunicação. Desenvolve projetos na área de Comunicação, com ênfase em editoração de livros de interesses gerais e periódicos científicos.

Clair da Silva Teixeira

Mestra em Letras pela Universidade Federal do Ceará; clairteixeira18@gmail.com

Cristiane Marinho

Professora Associada de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Professora Permanente do Mestrado de Serviço Social (MASS-UECE); Doutora em

Filosofia (UFG); Doutora em Educação (UFC); Pós-doutorado em Filosofia da Educação (UNICAMP).

Karina Bernardino

Integralize Corporation.

Maria Nagela da Silva Ferreira Carvalho

Mestra em Letras pela Universidade Federal do Ceará;
m.nagela@hotmail.com

Márcia Vorpapel Serschön

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Possui graduação em Letras - Português pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2004) e graduação em Letras - Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2010). Graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. É professora de Língua Estrangeira Moderna Espanhol e Língua Portuguesa - Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Willyane Suehden Gonçalves Mariano da Silva

Aluna especial do Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Gestão e Coordenação Pedagógica e especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Graduada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL). Professora de Língua Portuguesa.

Imagens e ilustrações:

BERTHA LUTZ. Ministério da Educação, Yolanda Lobo, Coleção Educadores, Bertha Lutz. 2010. (domínio público).

BRANCA DE NEVE. Saint Moax.

Esta obra foi composta em fonte Montserrat e impressa em papel off set pela editora Aluz em agosto de 2021.